Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023 9

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 10

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 11

Demonstração de Valor Adicionado 12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 14

Balanço Patrimonial Passivo 15

Demonstração do Resultado 17

Demonstração do Resultado Abrangente 18

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023 21

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 22

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 23

Demonstração de Valor Adicionado 24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 25

Notas Explicativas 33

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 76

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 80

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 81

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.959.751.705
Preferenciais	0
Total	1.959.751.705
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
	#Error
	#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	5.228.845	5.094.860	1.007.130
1.01	Ativo Circulante	82.697	117.360	78.643
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.065	561	20.523
1.01.02	Aplicações Financeiras	39.818	6.716	0
1.01.03	Contas a Receber	34.509	32.598	27.340
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.698	7.402	6.678
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.698	7.402	6.678
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.308	23.117	23.315
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	299	46.966	787
1.01.08.03	Outros	299	46.966	787
1.01.08.03.01	Partes relacionadas	0	45.717	0
1.01.08.03.02	Outros ativos	299	1.249	787
1.02	Ativo Não Circulante	5.146.148	4.977.500	928.487
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	117.459	117.289	27.778
1.02.01.04	Contas a Receber	6	1	1
1.02.01.07	Tributos Diferidos	116.950	116.950	27.777
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	116.950	116.950	27.777
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	503	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	0	338	0
1.02.02	Investimentos	5.011.079	4.856.044	900.709
1.02.02.01	Participações Societárias	5.011.079	4.856.044	900.709
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.011.079	4.856.044	900.709
1.02.04	Intangível	17.610	4.167	0
1.02.04.01	Intangíveis	17.610	4.167	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	5.228.845	5.094.860	1.007.130
2.01	Passivo Circulante	208.805	145.715	158.080
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.215	4.225	1.488
2.01.01.01	Obrigações Sociais	659	422	472
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	27.556	3.803	1.016
2.01.02	Fornecedores	6.421	7.494	5.209
2.01.03	Obrigações Fiscais	421	522	573
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	151.120	131.128	0
2.01.04.02	Debêntures	151.120	131.128	0
2.01.05	Outras Obrigações	22.628	2.346	150.810
2.01.05.02	Outros	22.628	2.346	150.810
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	19.485	0	0
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	1.902	1.466	886
2.01.05.02.05	Contas a pagar pela aquisição de controladas	0	0	149.765
2.01.05.02.06	Outros passivos	1.241	880	159
2.02	Passivo Não Circulante	2.769.807	2.771.423	1.231
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.030.699	1.489.088	0
2.02.01.02	Debêntures	2.030.699	1.489.088	0
2.02.02	Outras Obrigações	8.212	508.942	1.231
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.201	1.581	0
2.02.02.02	Outros	11	507.361	1.231
2.02.02.02.03	Contas a pagar pela aquisição de controladas	0	507.361	0
2.02.02.02.04	Outros passivos	11	0	1.231
2.02.03	Tributos Diferidos	730.896	773.393	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	730.896	773.393	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.250.233	2.177.722	847.819
2.03.01	Capital Social Realizado	2.031.408	2.031.408	788.189
2.03.02	Reservas de Capital	43.605	51.924	58.380

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.03.04	Reservas de Lucros	175.220	94.390	1.250

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.919	46.911	52.921
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-28.534	-18.941	-5.442
3.03	Resultado Bruto	28.385	27.970	47.479
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	349.654	171.287	34.044
3.04.01	Despesas com Vendas	-61.868	-37.822	-4.206
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-125.182	-80.628	-18.255
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-16.253	-10.145	-12.515
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-61	-2.792	26
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	553.018	302.674	68.994
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	378.039	199.257	81.523
3.06	Resultado Financeiro	-297.866	-203.377	-48.439
3.06.01	Receitas Financeiras	11.096	7.517	3.123
3.06.02	Despesas Financeiras	-308.962	-210.894	-51.562
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	80.173	-4.120	33.084
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	42.498	97.260	24.124
3.08.02	Diferido	42.498	97.260	24.124
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	122.671	93.140	57.208
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	122.671	93.140	57.208
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,06	0,08	0,1
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,06	0,08	0,1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	122.671	93.140	57.208
4.03	Resultado Abrangente do Período	122.671	93.140	57.208

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-342.407	-234.297	-55.945
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-40.549	-25.168	32.444
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	80.173	-4.120	33.084
6.01.01.02	Depreciação e amortização	125.671	77.767	4.851
6.01.01.04	Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	16.253	10.145	12.515
6.01.01.07	Provisão para juros, líquida do rendimento de aplicações financeiras	304.714	205.126	44.436
6.01.01.08	Remuneração baseada em ações	-14.342	-11.412	6.552
6.01.01.12	Resultado de equivalência	-553.018	-302.674	-68.994
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	36.150	-982	-35.563
6.01.02.01	Contas a receber	-15.492	-14.579	-25.775
6.01.02.02	Despesas antecipadas	21.809	9.470	-1.128
6.01.02.03	Outros ativos	785	-913	124
6.01.02.04	Fornecedores	-1.073	2.285	-2.201
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	23.990	2.737	1.130
6.01.02.06	Outros impostos a pagar	-101	-51	369
6.01.02.07	Adiantamentos de clientes	436	580	466
6.01.02.08	Outras contas a pagar	5.796	-511	-8.548
6.01.03	Outros	-338.008	-208.147	-52.826
6.01.03.01	Imposto de renda pago	0	0	-4.730
6.01.03.02	Juros pagos	-338.008	-208.147	-48.096
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-210.889	-2.347.138	-9.450
6.02.02	Aquisição e capitalização de ativos intangíveis	-14.137	-4.167	0
6.02.03	Recebimento de dividendos (aumento de capital) de controladas - líquido	323.676	221.924	76.558
6.02.04	Pagamentos pela aquisição de participações em controladas	-487.326	-2.558.179	-127.804
6.02.05	Valor recebido de (investido em) aplicações financeiras, líquido	-33.102	-6.716	41.796
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	553.800	2.561.473	67.736
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	675.828	1.905.851	-150.000
6.03.03	Custos de transações de futuras emissões	0	-9.272	-22.061

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.04	Aportes de capital	0	664.894	239.809
6.03.05	Pagamento de dividendos	-21.159	0	-12
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-100.869	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	504	-19.962	2.341
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	561	20.523	18.182
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.065	561	20.523

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.031.408	51.924	93.776	0	0	2.177.108
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.031.408	51.924	93.776	0	0	2.177.108
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-8.319	-41.227	0	0	-49.546
5.04.06	Dividendos	0	0	-41.227	0	0	-41.227
5.04.08	Programa de opção de ações aos funcionários	0	-8.319	0	0	0	-8.319
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	122.671	0	0	122.671
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	122.671	0	0	122.671
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.031.408	43.605	175.220	0	0	2.250.233

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	788.189	58.380	1.250	0	0	847.819
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	788.189	58.380	1.250	0	0	847.819
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.240.535	-8.694	0	0	0	1.231.841
5.04.01	Aumentos de Capital	1.240.535	0	0	0	0	1.240.535
5.04.08	Programa de opção de ações aos funcionários	0	-8.694	0	0	0	-8.694
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	93.140	0	93.140
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	93.140	0	93.140
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.028.724	49.686	1.250	93.140	0	2.172.800

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	548.380	45.523	0	-55.946	0	537.957
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	548.380	45.523	0	-55.946	0	537.957
5.04	Transações de Capital com os Sócios	239.809	12.857	0	-12	0	252.654
5.04.01	Aumentos de Capital	239.809	0	0	0	0	239.809
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-12	0	-12
5.04.08	Programa de opção de ações aos funcionários	0	12.857	0	0	0	12.857
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	57.208	0	57.208
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.208	0	57.208
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.250	-1.250	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	63	-63	0	0
5.06.05	Reserva Estatutária	0	0	1.187	-1.187	0	0
5.07	Saldos Finais	788.189	58.380	1.250	0	0	847.819

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	41.950	38.052	42.910
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	58.294	48.413	55.502
7.01.02	Outras Receitas	-91	-216	-77
7.01.02.01	Deduções da Receita	-91	-216	-77
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-16.253	-10.145	-12.515
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-44.826	-47.648	-14.241
7.02.04	Outros	-44.826	-47.648	-14.241
7.02.04.01	Serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas	-34.323	-37.647	-7.692
7.02.04.02	Manutenção	0	-164	0
7.02.04.03	Publicidade e propaganda	-6.898	-4.145	-4.118
7.02.04.04	Materiais de expediente	-59	-36	-917
7.02.04.05	Outros	-3.546	-5.656	-1.514
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.876	-9.596	28.669
7.04	Retenções	-125.671	-77.766	-4.852
7.04.02	Outras	-125.671	-77.766	-4.852
7.04.02.01	Depreciação e amortização	-125.671	-77.766	-4.852
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-128.547	-87.362	23.817
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	564.114	310.331	72.289
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	553.018	302.674	68.994
7.06.02	Receitas Financeiras	11.096	7.657	3.295
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	435.567	222.969	96.106
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	435.567	222.969	96.106
7.08.01	Pessoal	42.962	13.827	8.080
7.08.01.01	Remuneração Direta	42.962	13.827	8.080
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-39.065	-93.885	-19.536
7.08.02.01	Federais	-40.349	-93.885	-20.308
7.08.02.03	Municipais	1.284	0	772
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	308.999	209.887	50.354

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03.01	Juros	308.962	209.887	50.354
7.08.03.02	Aluguéis	37	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	122.671	93.140	57.208
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	122.671	93.140	57.208

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	5.861.224	5.641.781	1.256.699
1.01	Ativo Circulante	570.640	395.728	244.130
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.971	35.130	59.865
1.01.02	Aplicações Financeiras	220.301	23.301	0
1.01.03	Contas a Receber	235.560	265.564	140.560
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.300	6.994	7.747
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.300	6.994	7.747
1.01.06.01.01	Impostos de renda a recuperar	2.300	6.994	7.747
1.01.07	Despesas Antecipadas	19.710	17.921	33.067
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	79.798	46.818	2.891
1.01.08.03	Outros	79.798	46.818	2.891
1.01.08.03.01	Outros ativos	40.447	14.839	2.891
1.01.08.03.02	Outros ativos financeiros	39.351	31.979	0
1.02	Ativo Não Circulante	5.290.584	5.246.053	1.012.569
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	392.889	273.494	99.548
1.02.01.04	Contas a Receber	69.127	5.578	5.933
1.02.01.07	Tributos Diferidos	226.959	203.043	83.350
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	96.803	64.873	10.265
1.02.01.10.03	Ativos de indenização	28.426	9.853	8.624
1.02.01.10.04	Outros ativos	11.100	6.903	1.641
1.02.01.10.06	Outros ativos financeiros	57.277	48.117	0
1.02.03	Imobilizado	555.535	544.968	242.943
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	349.683	350.393	136.104
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	205.852	194.575	106.839
1.02.04	Intangível	4.342.160	4.427.591	670.078

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	5.861.224	5.641.781	1.256.699
2.01	Passivo Circulante	511.719	898.901	259.207
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	90.426	43.105	25.015
2.01.01.01	Obrigações Sociais	22.085	15.675	7.562
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	68.341	27.430	17.453
2.01.02	Fornecedores	111.726	98.873	41.560
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.370	16.006	3.253
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	151.120	131.158	0
2.01.04.02	Debêntures	151.120	131.158	0
2.01.05	Outras Obrigações	141.077	609.759	189.379
2.01.05.02	Outros	141.077	609.759	189.379
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.485	0	0
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	45.331	43.606	10.321
2.01.05.02.05	Contas a pagar pela aquisição de controladas	0	507.361	149.765
2.01.05.02.06	Outros passivos	24.640	7.482	2.089
2.01.05.02.07	Passivos de arrendamento	51.621	51.310	27.204
2.02	Passivo Não Circulante	3.099.272	2.565.158	149.673
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.030.699	1.489.088	0
2.02.01.02	Debêntures	2.030.699	1.489.088	0
2.02.02	Outras Obrigações	295.799	273.496	134.801
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.201	0	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	8.201	0	0
2.02.02.02	Outros	287.598	273.496	134.801
2.02.02.02.04	Outros passivos	5.310	1.467	473
2.02.02.02.05	Passivos de arrendamento	276.213	272.029	134.328
2.02.02.02.06	Impostos a pagar	6.075	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	730.896	773.393	0
2.02.04	Provisões	41.878	29.181	14.872

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.04.02	Outras Provisões	41.878	29.181	14.872
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	41.878	29.181	14.872
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.250.233	2.177.722	847.819
2.03.01	Capital Social Realizado	2.031.408	2.031.408	788.189
2.03.02	Reservas de Capital	43.605	51.924	58.380
2.03.04	Reservas de Lucros	175.220	94.390	1.250

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.962.525	1.317.346	631.147
3.01.01	Receita Líquida	1.962.525	1.317.346	631.147
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-669.479	-502.330	-240.924
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-669.479	-502.330	-240.924
3.03	Resultado Bruto	1.293.046	815.016	390.223
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-878.079	-610.678	-307.140
3.04.01	Despesas com Vendas	-360.401	-244.836	-111.490
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-245.682	-175.765	-85.028
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-263.541	-187.534	-110.689
3.04.03.01	Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	-263.541	-187.534	-110.689
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-8.455	-2.543	67
3.04.04.01	Outras receitas (despesas) líquidas	-8.455	-2.543	67
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	414.967	204.338	83.083
3.06	Resultado Financeiro	-305.099	-203.402	-47.117
3.06.01	Receitas Financeiras	58.682	51.880	24.458
3.06.02	Despesas Financeiras	-363.781	-255.282	-71.575
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	109.868	936	35.966
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	12.803	92.204	21.242
3.08.01	Corrente	-53.611	-18.023	-11.333
3.08.02	Diferido	66.414	110.227	32.575
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	122.671	93.140	57.208
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	122.671	93.140	57.208
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,06	0,08	0,1
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,06	0,08	0,1

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	122.671	75.405	57.208
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	122.671	75.405	57.208

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	244.141	124.205	50.785
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	911.648	531.159	243.724
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	109.868	936	35.966
6.01.01.02	Depreciação e amortização	212.636	139.327	54.464
6.01.01.04	Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	263.541	187.534	110.689
6.01.01.05	Provisão para vendas canceladas	5.638	2.321	1.055
6.01.01.06	Provisão para contingências	3.843	-1.294	4.905
6.01.01.07	Provisão para juros, líquida do rendimento de aplicações financeiras	315.465	206.344	22.287
6.01.01.08	Remuneração baseada em ações	-9.389	-6.010	14.728
6.01.01.09	Modificação de contratos de arrendamento	610	0	-169
6.01.01.10	Descontos em arrendamentos	0	310	-210
6.01.01.11	Perda na venda ou baixa de ativos não circulantes	9.436	1.691	9
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-234.494	-152.385	-102.496
6.01.02.01	Contas a receber	-278.644	-209.030	-117.084
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-1.789	28.336	-783
6.01.02.03	Outros ativos	-43.825	-25.859	5.748
6.01.02.04	Fornecedores	12.853	52.934	9.458
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	47.321	-19.691	-1.770
6.01.02.06	Outros impostos a pagar	7.439	4.814	849
6.01.02.07	Adiantamentos de clientes	1.725	15.554	664
6.01.02.08	Outras contas a pagar	20.426	557	422
6.01.03	Outros	-433.013	-254.569	-90.443
6.01.03.01	Imposto de renda pago	-48.917	-17.270	-18.486
6.01.03.02	Juros pagos	-371.865	-236.393	-64.104
6.01.03.03	Contingências pagas	-12.231	-906	-7.853
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-806.911	-2.709.346	-122.832
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-51.300	-30.476	-25.995
6.02.02	Aquisição e capitalização de ativos intangíveis	-71.285	-56.722	-32.231

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02.04	Pagamentos pela aquisição de participações em controladas	-487.326	-2.598.847	-127.804
6.02.05	Valor recebido de (investido em) aplicações financeiras, líquido	-197.000	-23.301	63.198
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	540.611	2.560.406	56.566
6.03.01	Pagamentos de passivos de arrendamento	-20.738	-18.374	-11.170
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	683.377	1.905.851	-150.000
6.03.03	Custos de transações de futuras emissões	0	-9.300	-22.061
6.03.04	Aportes de capital	0	682.229	239.809
6.03.05	Pagamento de dividendos	-21.159	0	-12
6.03.07	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-100.869	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-22.159	-24.735	-15.481
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	35.130	59.865	75.346
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.971	35.130	59.865

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.031.408	51.924	93.776	0	0	2.177.108	0	2.177.108
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.031.408	51.924	93.776	0	0	2.177.108	0	2.177.108
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-8.319	-41.227	0	0	-49.546	0	-49.546
5.04.06	Dividendos	0	0	-41.227	0	0	-41.227	0	-41.227
5.04.08	Programa de opção de ações aos funcionários	0	-8.319	0	0	0	-8.319	0	-8.319
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	122.671	0	0	122.671	0	122.671
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	122.671	0	0	122.671	0	122.671
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.031.408	43.605	175.220	0	0	2.250.233	0	2.250.233

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	788.189	58.380	1.250	0	0	847.819	0	847.819
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	788.189	58.380	1.250	0	0	847.819	0	847.819
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.243.219	-8.694	0	0	0	1.234.525	0	1.234.525
5.04.01	Aumentos de Capital	1.243.219	0	0	0	0	0	0	1.240.535
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	1.240.535	0	0
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-8.694	0	0	0	-6.010	0	-6.010
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	93.140	0	93.140	0	93.140
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	93.140	0	93.140	0	93.140
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.031.408	49.686	1.250	93.140	0	2.175.484	0	2.175.484

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	548.380	45.523	0	-55.946	0	537.957	0	537.957
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	548.380	45.523	0	-55.946	0	537.957	0	537.957
5.04	Transações de Capital com os Sócios	239.809	12.857	0	-12	0	252.654	0	252.654
5.04.01	Aumentos de Capital	239.809	0	0	0	0	239.809	0	239.809
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-12	0	-12	0	-12
5.04.08	Programa de opção de ações aos funcionários	0	12.857	0	0	0	12.857	0	12.857
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	57.208	0	57.208	0	57.208
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.208	0	57.208	0	57.208
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.250	-1.250	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	63	-63	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Estatutária	0	0	1.187	-1.187	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	788.189	58.380	1.250	0	0	847.819	0	847.819

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	1.767.388	1.174.211	540.795
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.512.151	1.682.512	801.206
7.01.02	Outras Receitas	-263.541	-320.767	-149.722
7.01.02.01	Deduções da Receita	-263.541	-320.767	-149.722
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-481.222	-187.534	-110.689
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-486.157	-342.390	-165.292
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-170.326	-55.388	-24.375
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-285.554	-240.176	-122.049
7.02.04	Outros	-30.277	-46.826	-18.868
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.281.231	831.821	375.503
7.04	Retenções	-212.635	-150.928	-54.464
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-212.635	-150.928	-54.464
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.068.596	680.893	321.039
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	58.682	52.707	25.801
7.06.02	Receitas Financeiras	58.682	52.707	25.801
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.127.278	733.600	346.840
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.127.278	733.600	346.840
7.08.01	Pessoal	529.179	391.093	187.400
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	103.155	-10.753	32.966
7.08.02.01	Federais	34.751	-10.753	16.107
7.08.02.03	Municipais	68.404	0	16.859
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	372.273	260.120	69.266
7.08.03.01	Juros	363.781	254.238	70.200
7.08.03.02	Aluguéis	8.492	5.882	-934
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	122.671	93.140	57.208
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	122.671	93.140	57.208

Relatório da Administração 2023

Aos Acionistas,

A Administração da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. ("Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com os princípios do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Os resultados de 2023 incluem a consolidação das seguintes aquisições realizadas durante o exercício: (i) Cesumar – Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, concluída em maio de 2022, e (ii) Rede Enem - Rede Enem Serviços de Internet LTDA, concluída em setembro 2022. Somadas, essas aquisições totalizaram aproximadamente R$ 3,15 bilhões

Sobre a Vitru Brasil

A Vitru Brasil (Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.) é uma holding operacional e prestadora de serviços educacionais controlada pela Vitru Limited ("Controladora"). Através da Vitru Brasil oferecemos nossos cursos de pós-graduação e detemos nossas subsidiárias: Sociedade Educacional Leonardo da Vinci Ltda. ("Uniasselvi"); Cesumar – Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. ("Unicesumar"); Sociedade Educacional do Vale do Itapocu Ltda. ("Univinci"); FAIR Educacional Ltda. ("Fair"), FAC Educacional Ltda. ("Fac") e Rede Enem - Rede Enem Serviços de Internet LTDA ("Rede Enem").

Por meio de suas subsidiárias, a Vitru Brasil oferece um ecossistema pedagógico completo com foco em uma experiência híbrida de ensino a distância para alunos de graduação e educação continuada. Todo o conteúdo acadêmico é entregue em vários formatos (vídeos, eBooks, podcasts e html, entre outros) por meio de seu Ambiente Virtual de Aprendizagem proprietário, ou AVA. O modelo pedagógico também incorpora reuniões semanais presenciais organizadas por tutores dedicados, que são em sua maioria profissionais locais que trabalham na área disciplinar que ensinam. A Companhia acredita que esta experiência única de aprendizagem centrada no tutor, nos cursos oferecidos pela Uniasselvi, a diferencia, criando um forte senso de comunidade e pertencimento e contribuindo para maiores taxas de engajamento e retenção de sua base de alunos.

Já a Unicesumar oferece aulas semanais online ao vivo, com foco na autonomia do aluno e na qualidade dos recursos educacionais. O curso é estruturado em módulos de 10 semanas. O aluno terá 4 módulos por ano, sendo que cada módulo contém de duas até 3 disciplinas. Oferece aulas online ao vivo, aulas conceituais gravadas e estudos de caso, testes presenciais aplicados em nossos polos, estudos online e atividades de conhecimentos gerais. Também oferecemos conteúdo educacional e suporte via internet e dispositivos móveis.

As demonstrações de resultados da Companhia refletem três segmentos operacionais:

- Cursos de graduação EAD. O que diferencia o modelo EAD da Vitru Brasil é a qualidade superior e sua metodologia híbrida com aprendizado síncrono, que consiste em encontros semanais presenciais ou online com tutores para a Uniasselvi, e aulas online semanais para alunos da Unicesumar, além do benefício do ambiente virtual de aprendizagem, onde os alunos podem estudar onde e quando preferirem. O portfólio de cursos da Companhia é composto principalmente por pedagogia, administração de empresas, contabilidade, educação física, profissionalizante, engenharia e cursos relacionados à saúde.
- Cursos de graduação presenciais. A Vitru Brasil (através da Uniasselvi e Unicesumar) possui vários campi que oferecem cursos tradicionais de graduação presencial, incluindo medicina, engenharia, direito e cursos relacionados à saúde. Os alunos do campus experimentam um ecossistema de aprendizado completo, misturando teoria com aplicações práticas, bem como acesso a atividades esportivas e eventos culturais.
- Cursos de educação continuada. A Vitru Brasil (através da Uniasselvi e Unicesumar) oferece cursos de educação continuada e pós-graduação predominantemente em pedagogia, finanças e negócios, mas também em outras disciplinas como direito, engenharia, informática e cursos relacionados à saúde. Os cursos são oferecidos em três versões diferentes, compostas por (i) modelo híbrido, (ii) 100% online e (iii) presencial. Isso também inclui cursos técnicos

Mensagem da Administração

Ao longo do ano passado nossa jornada foi caracterizada por conquistas em áreas-chave de nossas operações e estamos ansiosos para compartilhar o progresso que a Vitru fez no setor de educação digital no Brasil.

Um elemento fundamental para o nosso sucesso neste ano foi a expansão da nossa base de alunos, que atingiu um crescimento de 15%, com 97,5% deles matriculados em cursos digitais. Este crescimento é uma prova do nosso empenho em tornar o ensino de qualidade mais acessível, ampliando a oferta de cursos e o

fortalecimento de nossas marcas, Uniasselvi e UniCesumar, refletindo a confiança de nossos alunos em nossa capacidade de proporcionar uma experiência educacional transformadora.

Vale destacar o aumento do ticket médio ao longo do ano, atingindo 9,9% na operação combinada para os cursos de Graduação Digital. Esse crescimento transparece o resultado da troca de boas práticas entre as marcas, além de consolidar a proposta de valor da nossa oferta acadêmica. Nossos esforços contínuos para melhorar a qualidade dos cursos e introduzir novos programas nos permitiram ajustar nossas estratégias de preços, contribuindo significativamente para o crescimento de nossa receita.

Refletindo sobre as conquistas do ano, continuamos mais do que nunca empenhados em oferecer cursos digitais e de qualidade como forma de democratizar o acesso ao ensino superior no país. O mercado de educação digital no Brasil continua a oferecer grandes oportunidades de crescimento, impulsionado pelos avanços tecnológicos e pelo crescente reconhecimento da qualidade e flexibilidade da educação digital.

Finalmente, em 2023 também lançamos o processo de migração de listagem da NASDAQ para a B3, no Brasil. Aguardamos com expetativa o futuro da B3.

A Administração.

Investimentos

Em agosto de 2021, a Vitru Brasil celebrou um contrato de compra com os acionistas da CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, ou "Unicesumar", para adquirir a totalidade do capital social da Unicesumar, no valor de R$ 3,15 bilhões. A transação foi realizada em 20 de maio de 2022 (data da transação), quando foi realizada a transferência das contraprestações previstas no contrato de compra e venda e cedido o controle da Unicesumar para a Companhia, após condições precedentes usuais, incluindo avaliação de órgão regulador antitruste e outras aprovações regulatórias.

Avaliamos inúmeras instituições e empresas em busca de transações estratégicas que corroborassem com os nossos valores institucionais e que fizessem sentido sob o ponto de vista financeiro.

A Unicesumar é uma instituição de ensino superior líder e em franco crescimento no Brasil com foco no mercado de educação digital, fundada há 30 anos em Maringá - Paraná. Esta transação disruptiva no mercado combinou duas instituições de ensino com grande similaridade, quer seja na trajetória, quer seja em cultura

organizacional, mas, especialmente, na missão de levar educação de qualidade para todo o Brasil.

Uniasselvi e Unicesumar compartilham a mesma paixão pelo ensino de qualidade. Acreditamos que combinação com a Unicesumar alcançará e mudará a vida de muitas famílias através da educação. Além de um EAD inovador e de alta qualidade, a Unicesumar conta ainda com um ensino presencial disruptivo e um curso de Medicina robusto, que é referência no país no uso de laboratório e simuladores digitais e virtuais. Com essa união, pretendemos investir em tecnologia, otimizar ganhos e consolidar a nossa posição na história da educação no Brasil.

Em setembro de 2022, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, o qual regeu os termos e condições da aquisição pela Companhia da Rede Enem Serviços de Internet Ltda. ("Rede Enem"), uma plataforma que fornece conteúdo gratuito através de um ecossistema que inclui blogs, cursos preparatórios gratuitos, e perfis de redes sociais.

A Rede Enem tem como foco principal melhorar o desempenho dos estudantes do ensino secundário, provenientes principalmente de escolas públicas, no Exame Nacional do Ensino Médio, ou ENEM. O resultado do ENEM faz parte dos critérios do processo de seleção no Programa Universidade para Todos, ou PROUNI, no Programa de Financiamento Estudantil, ou FIES, e nas bolsas de estudo em instituições de ensino privadas.

O preço de compra pago aos vendedores foi de R$ 3,0 milhões, dos quais R$ 1,5 milhões foram pagos à vista e R$ 1,5 milhões foram quitados em dezembro de 2023 com os recursos da 3ª emissão de debentures. Acreditamos que este negócio está alinhado com nossa missão de promover o acesso ao conhecimento por meio da educação, mas também uma oportunidade de abrir portas para nossas instituições de ensino.

Além disso, vale mencionar que a Companhia obteve a conversão de seu registro de companhia aberta categoria "B" para a categoria "A" e segue cumprindo procedimentos precedentes para aprovar a incorporação reversa da sua controladora, Vitru Limited. Tendo em vista que tal incorporação – se aprovada pelos acionitas da Controladora Vitru Limited - resultará na migração da base acionária, as ações da Vitru Brasil passarão a ser listadas no Novo Mercado - segmento especial de listagem da B3.

Emissão de Debêntures

Em 15 de maio de 2022, a Companhia realizou a 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em 2 séries, no valor total de R$ 1.950.000.000,00 (um bilhão, novecentos e cinquenta milhões de reais), sendo 1.950.000 (um milhão e novecentas e cinquenta mil) debêntures, sendo 500.000 (quinhentas mil) debêntures da 1ª Série e 1.450.000 (um milhão e quatrocentas e cinquenta mil) debêntures da 2ª Série.

Os recursos líquidos obtidos por meio da 1ª Emissão foram destinados integral e exclusivamente para o pagamento do valor referente ao preço de aquisição, pela Companhia, de 100% (cem por cento) da participação societária da CESUMAR – Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, nos termos do Contrato de Venda e Compra de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 23 de agosto de 2021.

Em 5 de maio de 2023, a Companhia realizou a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor total de R$ 190.000.000,00, com vencimento entre maio de 2025 e maio de 2028. Os recursos líquidos obtidos por meio da 2ª Emissão foram destinados utilizados integralmente para alongamento do passivo financeiro e utilização de capital de giro da Companhia.

Em 16 de novembro de 2023, a Companhia realizou a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor total de R$ 500.000.000,00, com vencimento em novembro de 2028.

Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples – Série Única da Companhia foram destinados (i) prioritariamente para o pré-pagamento da última parcela do financiamento contratado pela Companhia para a aquisição da participação societária da CESUMAR; e (ii) os recursos remanescentes para reforço de caixa da Companhia.

Desempenho Operacional

Base de Alunos e Polos

O número de alunos matriculados é uma métrica operacional relevante para a Vitru Brasil. Em 31 de dezembro de 2023, a Vitru Brasil contava com 883,6 mil alunos matriculados nos cursos que ministra, um aumento de 15,4% em relação ao número de alunos matriculados no mesmo período do ano anterior.

O percentual de alunos matriculados em cursos EAD sobre a base total de alunos é uma métrica relevante, que acreditamos ser a que melhor demonstra o foco na educação digital (compreendendo tanto os cursos de graduação quanto os cursos de educação continuada) e sua relevância para os serviços oferecidos.

Em 31 de dezembro de 2023, os alunos matriculados em cursos EAD representavam 97,5% do total de alunos matriculados, um aumento de 0,02 p.p. do percentual alcançado em 31 de dezembro de 2022, visto que a UniCesumar possui uma representatividade maior de alunos presenciais do que a Uniasselvi em sua base de alunos.

É importante destacar que o número de polos é um dos direcionadores que permitem à Companhia aumentar sua base de alunos matriculados. Parte relevante do crescimento da Vitru Brasil é impulsionada pela expansão e posterior maturação dos polos.

A Vitru Brasil expandiu substancialmente suas operações e presença geográfica em todo o Brasil com a abertura de novos polos nos últimos anos. Entretanto, 93,2% dos atuais 2.449 polos ainda estão em *ramp-up*, representando uma via de crescimento substancial: o índice atual de maturação desses polos é de apenas 42,4%. A Companhia acredita que que um polo típico atinja sua capacidade total em termos de número de alunos (e, portanto, considerado maduro) após sete ou oito anos de operação.

Ticket Médio

O ticket médio mensal dos cursos de Graduação EAD da Uniasselvi aumentou 7,3%, passando de R$ 301,7 no 2S22 para R$ 323,8 no 2S23. Acreditamos que esse aumento do ticket médio no segmento de Graduação EAD, apesar das condições macroeconômicas desafiadoras no Brasil, é um indicativo da resiliência do modelo acadêmico orgânico da Vitru Brasil.

O ticket médio mensal dos cursos de Graduação EAD da Unicesumar aumentou 13,2% para R$ 236,6 no 2S23 vs R$ 209,4 no 2S22, considerando o período integral das mensalidades e segundo o critério da Vitru Brasil. Como parte do intercâmbio de boas práticas entre as entidades, temos trabalhado para melhorar o ticket médio da UniCesumar em linha com as estratégias de precificação aplicadas pela Uniasselvi nos últimos anos, o que a diferencia dos demais players do mercado.

Este aumento é resultado da trocada de experiência entre as entidades, seguindo as bem-sucedidas estratégias aplicadas pela Uniasselvi nos últimos anos. É importante destacar que a renovação dos alunos calouros da UniCesumar está ocorrendo sob essas novas estratégias de precificação atotadas, o que explica parte do aumento do ticket médio da marca durante este ano.

Desempenho Financeiro

Receita Líquida

A Receita Líquida Consolidada em 2023 foi de R$ 1.962,5 milhões, um aumento de 49% em relação a 2022, este resultado deveu-se principalmente da expansão e maturação dos centros operacionais acima referidos, como também a um ticket médio consolidado mais elevado neste segmento, tal como apresentado anteriormente.

Custos dos Serviços

O custo dos serviços para 2023 foi de R$ 669,5 milhões, 33% superior aos R$ 502,3 milhões em 2022, particularmente devido ao impacto das sinergias da integração da UniCesumar na Vitru. Além do impacto da consolidação da Unicesumar, esse aumento foi parcialmente atribuído a um aumento nos custos de pessoal com a contratação de novos tutores para suportar o crescimento de nossos negócios, bem como maior depreciação relacionada à produção de conteúdo, software e amortização de ativos intangíveis da combinação de negócios.

Lucro Bruto e Margem Bruta

O Lucro Bruto em 2023 foi de R$ 1.293,0 milhões, um aumento de 58,6% em comparação aos R$ 815,0 milhões em 2022, devido principalmente à contribuição da Unicesumar em nossos números consolidados. Em 2023, a Margem Bruta foi de 65,8%, apresentado um aumento de 4 p.p em relação ao ano de 2022, de forma que este aumento da margem se deve essencialmente à redução do ritmo de abertura de novos hubs e ao trabalho contínuo de melhoria do ticket médio.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas em 2023 totalizaram R$ 360,4 milhões, um aumento de 47,2% em comparação com R$ 244,8 milhões em 2022. Além da contribuição da Unicesumar para nossos números consolidados, esse aumento é atribuído principalmente ao nosso foco em nosso segmento de Educação Digital, de modo que a maior parte de nossas despesas de vendas com publicidade online são voltadas para atrair novos alunos.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas para 2023 foram de R$ 245,6 milhões, 39,7% superior aos R$ 175,7 milhões em 2022. Isso se deve principalmente as maiores despesas de reestruturação, M&A e pré-oferta (principalmente relacionadas à aquisição da Unicesumar, bem como despesas de consultoria e reestruturação relacionadas ao planejamento da integração), além da contribuição de despesas relacionadas a pagamentos de pré-oferta capitalizados.

Lucro Líquido do Período

Em 2023, o Lucro Líquido foi de R$ 122,6 milhões, 31,7% superior ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento ano a ano reflete o crescimento orgânico, bem como a consolidação dos resultados da Unicesumar na Vitru Brasil.

Fluxo de Caixa Operacional

O Fluxo de Caixa Operacional aumentou 78,7%, passando de R$ 378,7 milhões em 2022 para R$ 677,1 milhões em 2023. Essa melhora substancial na geração de caixa foi resultado não apenas de nossa contínua disciplina na gestão do capital de giro e na alocação de capital, mas principalmente da dinâmica positiva na gestão das cobranças e dos créditos incobráveis.

Capex

O Capex em 2023 totalizou R$ 122,5 milhões, 40,5% superior ao valor de R$ 87,2 milhões gastos em 2022, esse aumento deveu-se principalmente aos investimentos em aprendizagem, sistemas de TI e tecnologia. Como percentual da Receita Líquida houve uma redução, passando de 6,6% em 2022 para 6,2% em 2023.

Com a combinação de negócios com a UniCesumar, esperamos obter sinergias na produção de conteúdo e no processo de expansão com os hubs das duas marcas. Acreditamos que os investimentos podem ser ainda mais otimizados durante a integração das duas empresas.

A Administração

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. ("Vitru" ou "Companhia") é uma Companhia privada brasileira, organizada e existente de acordo com as Leis do Brasil, constituída em 27 de junho de 2014. A sede da Companhia está localizada na Rod. José Carlos Daux, 5500 Torre Jurerê A - Sala 212, Florianópolis, no estado de Santa Catarina, Brasil.

A Companhia tem como atividades preponderantes investimentos em empresas prestadoras de serviços educacionais e a prestação de serviços de educação continuada a distância através da estrutura operacional de suas controladas.

A Vitru Limited, sediada nas Ilhas Cayman, foi criada em 2 de setembro de 2020 para a emissão inicial de ações na NASDAQ e tornou-se a única controladora da Vitru Brasil e suas controladas (coletivamente, o "Grupo"), que têm como atividades preponderantes a prestação de serviços educacionais no Brasil, principalmente cursos de graduação e educação continuada, presenciais em seus oito campi em três estados, ou a distância, através de 2499 centros de ensino ("hubs") em todo o país.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 21 de março de 2024.

Eventos significativos durante o exercício:

Emissão de debêntures (Nota 17)

Em 5 de maio de 2023, a empresa emitiu mais uma série de debêntures, no valor de R$ 190.000 contendo 190.000 títulos com vencimento entre maio de 2025 e maio de 2028. O valor nominal de cada título é de R$ 1.000,00.

Em 16 de novembro de 2023, a empresa emitiu mais uma série de debêntures, no valor de R$ 500.000 contendo 500.000 títulos com vencimento entre novembro de 2028 e novembro de 2030. O valor nominal de cada título também é de R$ 1.000,00.

2. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis consideradas materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras são do grupo constituído por Vitru Brasil e suas controladas.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo se órgão antecessor, Standing Interpretations Comitee ("SIC"), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC")

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela remuneração baseada em ações, que tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação contrária.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A tabela abaixo lista as controladas da Companhia:

Nome	Principais atividades	Localização	Tipo de Investimento	Participações diretas e indiretas 2023	Participações diretas e indiretas 2022
UNIASSELVI - Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda	Cursos de graduação e educação continuada presencial e a distância	Indaial - SC	Controlada	100%	100%
UNIVINCI - Sociedade Educacional do Vale do Itapocu S/S Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial	Guaramirim - SC	Controlada	100%	100%
FAIR Educacional Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial	Rondonópolis - MT	Controlada	100%	100%
FAC Educacional Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial	Cuiabá - MS	Controlada	100%	100%
CESUMAR-Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial e a distância	Maringá – PR	Controlada	100%	-
Rede Enem Serviços de Internet Ltda	Cursos Preparatórios	Florianópolis - SC	Controlada	100%	-

O Grupo consolida as informações financeiras de todas as entidades sobre as quais detém o controle. O controle é obtido quando o Grupo está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo até a data em que o Grupo deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizadas diretamente no patrimônio líquido. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado na demonstração do resultado.

b) Acordos em conjunto

Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimento controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor, e não da estrutura legal do acordo em conjunto. O Grupo possui apenas operações em conjunto.

Operações em conjunto

O Grupo reconhece seu direito direto aos ativos, passivos, receitas e despesas de operações em conjunto e sua participação em quaisquer ativos, passivos, receitas e despesas mantidos em conjunto ou incorridos. Esses foram incorporados nas demonstrações financeiras sob as rubricas apropriadas. Os detalhes da operação em conjunto estão descritos na Nota 2.5.o.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional").

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4 Classificação de circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante.

Um ativo é classificado como circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período do balanço; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante.

Um passivo é classificado como circulante quando

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os outros passivos como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos e passivos não circulantes.

2.5 Resumo das principais políticas contábeis

a) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal do ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Uma mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante de mercado de gerar benefícios econômicos, usando o ativo em seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que usaria o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados relevantes observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis)

Notas Explicativas

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Em cada data de balanço, o Grupo analisa a movimentação dos valores de ativos e passivos que precisam ser remensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis do Grupo. Para esta análise, o Grupo verifica os principais dados aplicados na última avaliação, confrontando as informações no cálculo da avaliação com os contratos e outros documentos relevantes.

O Grupo também compara a mudança no valor justo de cada ativo e passivo com fontes externas relevantes para determinar se a mudança é razoável.

Para fins de divulgação do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e no nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima.

b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

i. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contem um componente significativo de financiamento ou para as quais o Grupo aplicou o expediente prático, o Grupo mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”), ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “somente pagamentos de principal e juros (SPPI)” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é referida como o teste SPPI e é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como: ativos financeiros ao custo amortizado ou ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem principalmente 'Caixa e equivalentes de caixa', 'Aplicações financeiras' e 'contas a receber'.

A Companhia reclassifica ativos financeiros somente quando sua abordagem de negócios para gerenciar esses ativos muda.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR.

Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se falharem no teste de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações correspondentes no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ganhos e perdas líquidos reconhecidos na demonstração do resultado inclui dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente desreconhecido (ou seja, removido do balanço patrimonial do Grupo) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando ele nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e obrigações retidos pelo Grupo.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor contábil do ativo e o valor máximo da contraprestação que o Grupo pode ser obrigado a restituir.

Impairment de ativos financeiros

Outras divulgações relacionadas ao *impairment* de ativos financeiros também são fornecidas nas seguintes notas:

- Estimativas e premissas contábeis críticas - Nota 3
- Contas a receber - Nota 9

O Grupo reconhece a provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas de crédito com base em perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil em cada data de balanço. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. Em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável que o Grupo receberá integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Notas Explicativas

ii. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo e, no caso do custo amortizado, líquidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, passivos de arrendamento, contas a pagar por aquisição de controladas e remuneração baseada em ações.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR.

Passivos financeiros são considerados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Os ganhos ou perdas em passivos ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial do reconhecimento e somente se os critérios da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros forem atendidos. O Grupo designou seu passivo financeiro relacionado à remuneração baseada em ações ao VJR.

Ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros remunerados são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesas financeiras na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem fornecedores, passivos de arrendamento e contas a pagar por aquisição de controladas.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa consistem em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com risco insignificante de mudança de valor e considerado parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Esses gastos incluem licenças de software pré-pago, prêmios de seguro e férias pré-pagas aos funcionários.

e) Ativos de indenização

Quando os acionistas vendedores das entidades adquiridas concordam contratualmente em indenizar o Grupo por valores que possam ser pagáveis em relação a ações judiciais referentes ao período sob sua responsabilidade, os ativos de indenização são registrados na proporção da respectiva provisão. Alterações subsequentes no valor reconhecido para o ativo de indenização podem ocorrer em relação à provisão para contingências, de acordo com mudanças na faixa de resultados ou com as premissas utilizadas para desenvolver a estimativa do passivo no momento da aquisição.

f) Arrendamentos

O Grupo aluga escritórios, edificações e equipamentos. Contratos de arrendamento são normalmente celebrados para períodos fixos de 1 a 20 anos, mas podem conter opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados devem ser segurados pelo arrendatário. Os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece passivos de arrendamento mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem efetuados ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem de índice ou de taxa, e valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos também incluem o preço de exercício de uma opção de compra se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que aciona o pagamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, o Grupo utiliza a taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento, se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinada. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos fixos na essência do arrendamento ou uma alteração na avaliação para comprar o ativo subjacente.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiros foi recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos nos passivos de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Notas Explicativas

Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo a seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles que possuem um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra). O Grupo também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por *impairment*, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a *impairment*.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação média
Equipamentos de informática	20%
Móveis, equipamentos e instalações	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% - 10%
Livros de biblioteca	10%

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que o seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

O Grupo revisa anualmente a vida útil e o valor residual de seus ativos. Com base na revisão concluída para 31 de dezembro de 2021, o Grupo concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são consistentes com suas operações e que não há alterações no valor residual dos ativos.

h) Intangível

Software e desenvolvimento de projetos internos

As licenças de software são capitalizadas e seus custos são amortizados durante suas vidas úteis estimadas.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que ele esteja disponível para uso ou venda;
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O software/projeto pode ser vendido ou usado;
- Os benefícios futuros associados ao software podem ser demonstrados;

Notas Explicativas

- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o design e para o uso ou venda do software/projeto; e
- As despesas atribuíveis ao software/projeto durante seu desenvolvimento podem ser mensuradas de forma confiável.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto do software/projeto, incluem os custos com empregados alocados desenvolvimento do software/projeto e uma parcela adequada das despesas relevantes.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento anteriormente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em um período subsequente.

Os custos de software e desenvolvimento de projetos reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. A vida útil média estimada do software é de 5 anos e a dos custos de desenvolvimento do projeto é de 4 anos.

Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas ao valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas registradas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

Ágio

O ágio é mensurado como a diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o valor justo líquido dos ativos e passivos da adquirida e outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. No caso de uma compra vantajosa, o excesso do valor justo líquido dos ativos e passivos da adquirida sobre o preço de compra é reconhecido na demonstração do resultado na data da aquisição.

As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. O ágio é contabilizado ao seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio na entidade alienada.

Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas ao valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada das relações com clientes, estimada em 4 anos.

Licenças de operação para ensino a distância

As licenças de ensino a distância correspondem ao direito de operar o ensino a distância em um determinado município, com autorização do Ministério da Educação, e para obter esses direitos, uma instituição deve atender a vários requisitos, onde a infraestrutura acadêmica e física é avaliada. Dessa forma, isso foi identificado e alocado à combinação de negócios do Grupo e avaliado como tendo uma vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que essa licença é concedida, a probabilidade de perdê-la é praticamente nula.

As revisões de *impairment* das licenças de operação para ensino a distância são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. As licenças de operação para ensino a distância são contabilizadas ao seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas.

Material didático

Materiais didáticos adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data da aquisição. Os materiais didáticos têm uma vida útil definida e são contabilizados ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada das utilizações dos materiais didáticos nas classes, estimada em 5 anos.

Acordos de não-competição

Os acordos de não-competição adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data da aquisição. Os acordos de não-competição têm vida útil definida e são contabilizadas ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada do acordo de não competição, estimada em 5 anos.

i) Combinações de negócios

O método de contabilização de aquisição é utilizado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente de serem adquiridos instrumentos patrimoniais ou outros ativos. A contraprestação transferida pela aquisição de uma controlada compreende:

Notas Explicativas

• valores justos dos ativos transferidos;

• passivos incorridos para com os antigos proprietários do negócio adquirido;

• participações societárias de emissão da Companhia;

• valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente; e

• valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa combinação de negócios são, com exceções limitadas, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data de aquisição.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados conforme incorridos.

O excesso de

• contraprestação transferida ou a ser transferida;

• valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida; e

• o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como uma compra vantajosa

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro for diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data da troca. A taxa de desconto utilizada é a taxa incremental de financiamento da entidade, sendo a taxa à qual um empréstimo semelhante poderia ser obtido de um financiador independente em termos e condições comparáveis.

A contraprestação contingente, quando aplicável, é classificada como patrimônio líquido ou como passivo financeiro. Os valores classificados como passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado.

j) *Impairment* de ativos não financeiros

O Grupo avalia, a cada data de balanço, se há uma indicação de que um ativo pode estar com perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma indicação, ou quando for necessário o teste anual de *impairment* para um ativo, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo de um ativo ou de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa amplamente independentes das de outros ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para *impairment* com a finalidade de ajustar o valor contábil ao seu valor recuperável.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, adotando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Na determinação do valor justo menos custos de alienação, transações recentes de mercado são levadas em consideração. Se nenhuma dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

O Grupo baseia seu cálculo de *impairment* com base em previsões e orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente para cada UGC do Grupo à qual os ativos individuais estejam alocados. Esses orçamentos e cálculos de previsão geralmente cobrem um período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros depois do quinto ano.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou grupos de UGCs que se beneficiarão da combinação de negócios e licenças com vida útil indefinida em que o ágio surgiu. As unidades ou grupos de unidades são identificadas no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de gerenciamento interno, sendo os segmentos operacionais.

As perdas por *impairment* das operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data do balanço para determinar se existe um indicativo de que as perdas por *impairment* reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou UGC. Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas

Notas Explicativas

premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a data em que a última perda por *impairment* foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação), caso nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O ágio é testado para fins de *impairment* anualmente em 31 de dezembro e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O *impairment* é determinado para o ágio avaliando o valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGCs) à qual o ágio está relacionado. Quando o valor recuperável da UGC é menor que o seu valor contábil, é reconhecida uma perda por *impairment*. Perdas por *impairment* relacionadas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente quanto à redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de cada exercício no nível da UGC, quando apropriado, e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

k) Provisão para contingências

As provisões para contingências relativas a processos judiciais e administrativos envolvendo assuntos trabalhistas, fiscais e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento na provisão em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

l) Remuneração baseada em ações

O Grupo oferece esquemas de ações a seus gerentes e executivos para a outorga de opções de ações emitidas pelo Grupo, que podem ser liquidadas através da entrega de instrumentos de patrimônio (transações liquidadas com instrumentos de patrimônio) ou por pagamentos em dinheiro (transações liquidadas em caixa).

Transações liquidadas com instrumentos de patrimônio

O custo das transações liquidadas com instrumentos de patrimônio com funcionários é mensurado ao valor justo na data em que as opções são concedidas usando um modelo de avaliação apropriado. O custo é reconhecido como uma despesa de benefícios a empregados, com um aumento correspondente no patrimônio líquido (outras reservas de capital). A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição de direito, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas.

Condições por tempo de serviço e desempenho não relacionadas ao mercado não são levadas em consideração ao determinar o valor justo das opções na data da outorga, mas a probabilidade de as condições serem atendidas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo do número de instrumentos de patrimônio que finalmente serão adquiridos. As condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo da data da outorga. Quaisquer outras condições associadas a uma opção, mas sem um requisito de tempo de serviço associado, são consideradas condições de não aquisição. As condições de não aquisição são refletidas no valor justo de uma opção e levam ao reconhecimento imediato de uma despesa para uma opção, a menos que haja também condições por tempo de serviço e/ou desempenho.

Nenhuma despesa é reconhecida para opções que, no final das contas, não são adquiridas porque as condições de desempenho não relacionadas ao mercado e/ou por tempo de serviço não foram atendidas. Quando as opções incluem uma condição não relacionada ao mercado ou de não aquisição, as transações são tratadas como adquiridas, independentemente da condição não relacionada ao mercado ou de não aquisição ser satisfeita, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviço sejam atendidas.

O período de serviços relevante pode começar antes da data da outorga. Nessa situação, a Companhia estima o valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga para fins de reconhecimento dos serviços recebidos durante o período entre a data de início do serviço e a data da outorga. Uma vez estabelecida a data da outorga, a entidade revisa a estimativa anterior para que os valores reconhecidos pelos serviços recebidos se baseiem no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga.

Quaisquer recursos recebidos como resultado de um preço de exercício, líquido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados diretamente ao patrimônio líquido, como um aumento de capital para a emissão de novas ações da Companhia ou uma dedução de ações em tesouraria, quando disponíveis.

Notas Explicativas

Transações liquidadas em caixa

Um passivo é reconhecido ao valor justo de transações liquidadas em caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e em cada data de balanço até a data da liquidação, incluindo as alterações no valor justo reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. O valor justo é debitado ao longo do período até a data de aquisição com o reconhecimento de um passivo correspondente. O valor justo é determinado usando um modelo de avaliação apropriado. A abordagem usada para contabilizar as condições de aquisição na mensuração de transações liquidadas com instrumentos de patrimônio também se aplica a transações liquidadas em caixa.

Na data do balanço, o Grupo revisa suas estimativas do valor justo do passivo (para as transações liquidadas em caixa) e da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço (para transações liquidadas com instrumentos de patrimônio e liquidadas em caixa). O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado prospectivamente. Os julgamentos, estimativas e premissas significativos em relação à remuneração baseada em ações estão descritos mais detalhadamente na Nota 3 (g). Consulte a Nota 23 para obter informações detalhadas sobre as remunerações baseadas em ações.

m) Receitas de contratos com clientes

A receita do Grupo consiste principalmente em mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada. O Grupo também gera receita com taxas de estudantes e certas atividades relacionadas à educação.

A receita de mensalidades é reconhecida ao longo do tempo quando os serviços são prestados ao cliente e o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho nos termos do contrato por um valor que reflete a contraprestação a que o Grupo espera ter direito em troca desses serviços. As receitas de mensalidades são reconhecidas líquidas de bolsas de estudo e outros descontos, reembolsos e impostos.

Outras receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que o Grupo espera ter direito em troca do serviço. Outras receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos.

Contas a receber

As contas a receber representam o direito do Grupo a uma contraprestação incondicional (isto é, apenas a passagem do tempo é necessária antes do vencimento da contraprestação). Consulte as políticas contábeis de ativos financeiros em Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente.

Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes (uma obrigação contratual) se referem à obrigação de transferir serviços para um cliente pelo qual o Grupo recebeu uma contraprestação (ou uma contraprestação é devida) do cliente, como resultado de mensalidades pré-pagas recebidas de estudantes e são reconhecidos separadamente no passivo circulante, quando o pagamento é recebido. Os adiantamentos de clientes são reconhecidos como receita quando o Grupo cumpre todas as obrigações relacionadas ao contrato, geralmente no mês seguinte.

Operações em conjunto com parceiros de polos

Um polo é uma unidade operacional local que pode ser de propriedade do Grupo ou de terceiros (parceiros de polos) e tem a responsabilidade de oferecer aos alunos a estrutura necessária em termos de recursos audiovisuais, biblioteca e tecnologia da informação, para apoiar os cursos à distância.

O acordo contratual entre o Grupo e cada parceiro de polo é uma operação em conjunto e estabelece os direitos de cada parceiro de polo sobre as receitas relacionadas e as obrigações pelas respectivas despesas. Nesse sentido, as receitas de ensino a distância e as respectivas contas a receber são reconhecidas apenas para a parcela do direito do Grupo à receita conjunta. Como resultado, quando o Grupo recebe a mensalidade total do aluno, uma obrigação mensal para com o parceiro de polo é provisionada sob a rubrica fornecedores.

n) Resultado financeiro

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda é identificada em relação às contas a receber, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável, que corresponde aos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do instrumento. Posteriormente, à medida que o tempo passa, as taxas de juros são incorporadas às contas a receber, a crédito de receita financeira. Essa receita financeira é calculada à mesma taxa de juros efetiva utilizada para calcular o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

As despesas financeiras incluem despesas com juros sobre parcelamento de impostos e outros passivos financeiros, incluindo os juros incorridos sobre o contas a pagar por aquisição de controladas e passivos de arrendamento.

o) Lucro por ação (LPA)

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo quaisquer custos de manutenção do patrimônio líquido que não sejam ações ordinárias
- pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado por elementos de bônus sobre ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 22).

O lucro diluído por ação ajusta os valores utilizados na determinação do lucro básico por ação para levar em consideração:

- o efeito depois dos impostos de renda de juros e outros custos de financiamento associados a ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores, e
- a quantidade média ponderada de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

p) Impostos

Incentivos fiscais

As empresas de ensino superior mantidas pelo Grupo fazem parte do Programa Universidade para Todos - Prouni, que estabelece, por meio da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais para instituições de ensino superior que oferecem em troca bolsas integrais e parciais para um certo número de estudantes de baixa renda matriculados em programas tradicionais de graduação e de graduação tecnológica. Os seguintes impostos federais estão incluídos na isenção:

- Impostos de renda: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)
- Contribuições sobre a receita: Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)

Impostos de renda correntes

Os impostos de renda no Brasil são compostos por IRPJ e CSLL. De acordo com a legislação tributária brasileira, o IRPJ e a CSLL são avaliados e pagos por cada pessoa jurídica e não de forma consolidada. Os impostos de renda de cada entidade são calculados com base no lucro, ajustado ao lucro tributável pelas adições e exclusões previstas na legislação.

Os impostos de renda correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente em relação ao programa Prouni, que permite a isenção desses impostos das atividades tradicionais e tecnológicas de graduação.

O benefício do programa ProUni para imposto de renda é baseado em um percentual fixo de bolsas aprovadas concedidas pelo governo federal aos alunos mediante solicitação de cada aluno e é deduzido da receita bruta da mensalidade durante toda a duração dos estudos de graduação do aluno (independentemente do valor da mensalidade definido previsto no contrato de prestação de serviços) e desde que o aluno continue cumprindo as exigências de bolsas impostas pelo governo a cada semestre durante o curso de graduação. A Companhia reconhece os benefícios econômicos das bolsas do ProUni como deduções fiscais, quando aplicável

Os impostos de renda correntes ativos e passivos são mensurados ao valor previsto a ser ressarcido pelas, ou pago às, autoridades fiscais. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia periodicamente as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado.

Impostos de renda diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, os impostos diferidos não são contabilizados se resultam do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação

Notas Explicativas

que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente se for provável que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser usados para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não expiram.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países em geral são apresentados em separado, e não pelo valor líquido.

Impostos sobre vendas e outros

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não puderem ser recuperados pelas autoridades fiscais, nesse caso, o imposto sobre vendas será reconhecido como parte do custo de aquisição do item de ativo ou despesa, conforme aplicável.
- Quando os valores a receber ou a pagar são demonstrados com o valor dos impostos sobre vendas incluído.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperáveis ou a pagar à autoridade tributária, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou custo/despesa correspondente na demonstração do resultado.

As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, às seguintes alíquotas nominais:

PIS e COFINS são contribuições devidas ao governo federal brasileiro sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes do Grupo e reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, pois estamos atuando como agentes de retenção na fonte em nome das autoridades fiscais. PIS e COFINS pagos sobre determinadas compras podem ser ativados como créditos tributários para compensar PIS e COFINS a pagar. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente com os impostos a pagar e apresentados líquidos, uma vez que os valores são devidos à mesma autoridade tributária. PIS e COFINS são contribuições calculadas sob dois regimes diferentes, de acordo com a legislação tributária brasileira: método cumulativo e método não cumulativo.

O regulamento do Prouni define que as receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos são isentas de PIS e COFINS. Para as receitas de outras atividades de ensino, PIS e COFINS são cobrados com base no método cumulativo às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente, e para as atividades não-didáticas, PIS e COFINS são cobrados com base no método não cumulativo às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

ISS é um imposto devido aos municípios sobre as receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo pelos serviços que o Grupo presta. Esses são reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, uma vez que o Grupo atua como agente que recebe esses impostos em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2,00% a 5,00%.

INSS é uma contribuição previdenciária devida sobre os salários pagos aos empregados.

2.6 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Novas normas, interpretações e alterações adotadas pelo Grupo.

- Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações à IAS 1 e Declaração de Práticas IFRS; A Companhia alterou as informações reportadas a respeito de suas políticas contábeis para que fossem apresentadas apenas as políticas dos valores mais relevantes e/ou que influenciam as informações normalmente utilizadas pelos usuários das demonstrações financeiras.
- Definição de Estimativas Contabilísticas – Alterações à IAS 8; A Companhia não necessitou adotar a alteração devido a não haver alteração na política ou nas estimativas contábeis no exercício corrente.
- Imposto Diferido relativo a Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação – Alterações à IAS 12; A Companhia não foi afetada por esta alteração por já ter contabilizado tais transações consistentes com as novas exigências.

Notas Explicativas

Novas normas, interpretações e alterações não aplicáveis para o Grupo.

As seguintes novas normas e alterações não são atualmente aplicáveis ao Grupo.

- Regras do segundo pilar da OCDE
- Contratos de Seguro IFRS 17

Novas normas e interpretações ainda não adotadas.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando elas entrarem em vigor.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – Emendas à IAS 1 Passivos Não Circulantes com Covenants – Emendas à IAS 1 Emendas à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture
- Passivo de arrendamento em uma venda e relocação – Emendas à IFRS 16 Emendas à IFRS 3 – Referência à Estrutura Conceitual
- Acordos de financiamento de fornecedores – Emendas à IAS 7 e IFRS 7 Emendas à IAS 37 Contratos Onerosos – Custo de Cumprir um Contrato
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou joint venture – Alterações à IFRS 10 e IAS 28

Não se espera que estas normas tenham um impacto material na entidade nos períodos atuais ou futuros e em transações futuras previsíveis.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações. A incerteza sobre essas premissas e estimativas pode resultar em resultados que requeiram um ajuste relevante no valor contábil de ativos ou passivos afetados em períodos futuros. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Outras divulgações relacionadas à exposição do Grupo a riscos e incertezas incluem:

- Gestão de capital - Nota 7
- Instrumentos financeiros: Objetivos e políticas para gestão de riscos - Nota 5.4
- Análises de sensibilidade - Nota 5.4.1

Estimativas e premissas

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. O Grupo baseou suas premissas e estimativas nos parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas. As circunstâncias e premissas existentes sobre desenvolvimentos futuros, no entanto, podem mudar devido a mudanças no mercado ou circunstâncias que surgem e estão fora do controle do Grupo. Tais mudanças são refletidas nas premissas em que ocorrem.

a) *Impairment* de ativos não financeiros

O *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") ou grupo de UGCs excede seu valor recuperável, definido como o maior entre seu valor justo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de alienação é baseado em dados disponíveis de transações de vendas vinculativas, conduzidas como se fosse com partes não relacionadas, para ativos similares ou preços observáveis de mercado menos custos incrementais de alienação do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado (modelo "DCF"). Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação com as quais o Grupo ainda não se comprometeu ou investimentos futuros significativos que melhorarão o desempenho dos ativos da UGC sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada para o modelo DCF, bem como as entradas de caixa futuras esperadas e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

Essas estimativas são mais relevantes para o ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida reconhecidos pelo Grupo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável de cada UGC, incluindo uma análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 16

b) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação. Os dados desses modelos são obtidos de mercados observáveis sempre que possível, mas onde isso não for viável, é necessário um certo julgamento para estimar o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relacionadas a esses fatores poderiam afetar o valor justo registrado dos instrumentos financeiros. Consulte a Nota 6 para mais detalhes.

c) Perdas de crédito em contas a receber

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber, aplicando uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil em cada data de balanço. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera que as contas a receber estão em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. Em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável que o Grupo receba integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. As contas as receber são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. As informações sobre a provisão para perdas de créditos esperadas estão divulgadas na nota 9.

d) Provisão para contingências

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos, conforme divulgado na Nota 20. A provisão para contingências é constituída para todos os processos avaliados como perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) Prazo de arrendamento dos contratos com opções de renovação

O Grupo determina o prazo de arrendamento como o prazo contratual não cancelável e um prazo adicional equivalente ao mesmo período do contrato apenas quando o contrato estiver a menos de um ano do vencimento.

O Grupo tem a opção, de acordo com alguns de seus arrendamentos, de arrendar os ativos por prazos adicionais. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo o exercício da opção de renovação. Ou seja, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação. Após a data de início, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estão sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovar (por exemplo, uma mudança na estratégia de negócios).

f) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

Notas Explicativas

O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

g) Remuneração baseada em ações

A estimativa do valor justo para transações de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais apropriado e das premissas subjacentes, que dependem dos termos e condições da outorga e das informações disponíveis na data da outorga e em cada data de balanço, para a parcela referente à transações liquidadas em caixa.

O Grupo utiliza certas metodologias para estimar o valor justo, incluindo as seguintes:

• estimativa do valor justo com base em transações de patrimônio com terceiros próximos à data da outorga;

• outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes.

Essas estimativas também exigem a determinação dos dados mais apropriados para os modelos de avaliação, incluindo premissas relativas à vida esperada de uma opção de ação, volatilidade esperada do preço das ações do Grupo e rendimento esperado de dividendos.

4. Combinação de negócios

O Grupo usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos na data de aquisição dos ativos transferidos, dos passivos incorridos para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como “Compra vantajosa”.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano, a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Aquisição da Unicesumar

A Unicesumar é uma instituição de ensino superior líder e de rápido crescimento no Brasil focada no mercado de ensino a distância, fundada há 30 anos em Maringá – Paraná. Em 31 de dezembro de 2021, a Unicesumar possuía 1.007 polos e aproximadamente 356 mil alunos, sendo 340 mil em educação digital. A Unicesumar também tem presença expressiva em cursos presenciais da área da saúde, principalmente Medicina, com mais de 1.600 alunos.

Em 23 de agosto de 2021, celebramos um contrato de compra com os acionistas da CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, ou “Unicesumar”, para adquirir a totalidade do capital social da Unicesumar. A transação foi realizada em 20 de maio de 2022 (data da transação), quando foi realizada a transferência das contraprestações previstas no contrato de compra e venda e cedido o controle da Unicesumar para a Companhia, após condições precedentes usuais, incluindo avaliação de órgão regulador antitruste e outras aprovações regulatórias.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

Valor justo dos ativos transferidos e passivos incorridos

O valor justo dos ativos transferidos e dos passivos incorridos na data da transação foram identificados conforme abaixo:

Ativo	**494.439**
Caixa e equivalentes de caixa	62.017
Contas a receber	78.929
Ativos financeiros	62.385
Impostos a recuperar	3.617
Despesas antecipadas	3.918
Impostos diferidos ativos	17.580
Outros ativos	4.984
Ativos de direito de uso	170.980
Imobilizado	78.096
Intangível	11.933
Passivo	**357.389**
Fornecedores	70.067
Passivos de arrendamento	171.829
Salários e encargos sociais	37.781
Impostos a pagar	11.556
Adiantamentos de clientes	17.731
Dividendos a pagar	30.000
Provisões para contingências	12.510
Outros passivos	5.915
Ativos identificados à valor justo	**1.516.987**
Ativos e passivos líquidos	**137.050**
Contraprestação	3.210.373
Ágio por rentabiliade futura	**1.556.336**

Contraprestação

O custo da transação total foi calculado com base nos termos da transação considerando que os antigos proprietários da Unicesumar receberam dinheiro e ações da Vitru conforme acordado nos termos do contrato de compra e venda.

A contraprestação consiste em R$ 2.688 milhões pagos em dinheiro, 7.182 mil Ações da Vitru emitidas na Data de Fechamento e uma contraprestação contingente a qual corresponde a um valor de R$ 1 milhão por vaga adicional do curso de medicina que for ampliada no prazo de 5 anos, comparada as vagas atuais, sendo o valor limitado R$ 50 milhões:

Pago à vista	2.162.500	**%**
A pagar após 12 meses (i)	456.721	67,36%
Contraprestação contingente - Vagas de medicina (ii)	30.608	14,23%
Paga através da emissão de ações da Vitru Ltd (iii)	560.544	0,95%
		17,46%

(i) Em setembro de 2022 houve um aditivo contratual no valor de R$ 73.134 e o prazo de pagamento foi alterado de 12 meses para 24 meses..

(ii) A contraprestação contingente foi avaliada através de análise técnica de profissional de educação na área de medicina que demonstrou ser possível a autorização pelo MEC de 40 vagas adicionais conforme a proporção vagas/leitos disponíveis na região de Corumbá, no período de 5 anos. O valor de 30.608 reconhecido corresponde ao valor presente da autorização das 40 vagas adicionais no decorrer de 5 anos.

(iii) As 7.182 mil ações foram avaliadas utilizando o valor de mercado das ações em 20 de maio de 2022 (Data de Fechamento) ao valor de US$ 16,00 por ação.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

Ativos identificados a valor justo:

Ativos identificados a valor justo	**1.516.987**
Carteira de clientes (i)	294.525
Marca (ii)	352.189
Acordo de não competição (iii)	272.416
Software (iv)	33.379
Material didático (v)	26.584
Licenças de operação para ensino a distância (vi)	1.206.641
Ativos de direito de uso (vii)	57.278
Licenças de operação de vagas de medicina (viii)	55.454
Imposto diferido	(781.479)
Goodwill	**1.556.336**
Valor justo total dos ativos líquidos identificáveis + Goodwill	**3.210.373**

As premissas, julgamentos críticos, métodos e hipóteses utilizados pela Companhia para determinar o valor justo dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios foram os seguintes:

(i) **Carteira de clientes:** Valorizado usando o método MEEM ("Método de Ganhos Excedentes de Múltiplos Períodos"), que se baseia em um cálculo de fluxos de caixa de desconto de benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidos de eliminações das obrigações de contribuição implícitas. A vida útil remanescente da base de clientes foi estimada por meio da análise da duração média dos cursos de cada segmento.

Os principais pressupostos utilizados na avaliação das relações com os clientes foram:

a. Receita: Projetado de acordo com dados históricos obtidos pela Companhia, e expectativas observadas nas tendências concorrenciais relacionadas à oferta de cursos e cobertura geográfica.

b. Custos e despesas: Tratados de acordo com dados históricos obtidos pela Companhia e expectativas de normalização da margem operacional no longo prazo e sinergias operacionais a serem realizadas pela fusão das operações da Unicesumar dentro da Companhia.

c. Alíquota: 34%, de acordo com a legislação tributária brasileira; e

d. Taxa de desconto de imposto de renda: a taxa de desconto após impostos foi aplicada corretamente em cada Unidade Geradora de Caixa ("CGU"), devido às suas diferenças em relação à avaliação de risco e à taxa de desconto de cada CGU.

(ii) **Marca:** Valorizada usando o método Relief from Royalty. O método determina o valor de um ativo intangível com base no valor de pagamentos hipotéticos de royalties que seriam economizados através da posse do ativo, em comparação com o licenciamento do ativo a terceiros. Envolve a estimativa de gerar fluxos de caixa futuros para o negócio para o maior prazo possível.

Os principais pressupostos utilizados na avaliação da marca foram:

a. Vida útil remanescente: Adotado como o ponto em que os fluxos de caixa descontados atingem 90% do valor total projetado.

b. Porcentagem de royalties: Estimada em 3. 48%, mas aplicado para cada segmento, dependendo da margem esperada de cada CGU.

(iii) **Acordo de não competição:** Valor usando o método Com ou Não. Esse método utiliza o resultado originado da projeção do negócio como um todo.

Os principais pressupostos utilizados na avaliação da marca foram:

a. Receita: Considera uma perda de receita para os primeiros 4 anos. Para os próximos anos, espera-se que os vendedores já façam parte do mercado.

b. Concorrência probabilidade: Diferentes pressupostos para cada CGU:

• Educação Digital e Continuada – 85% devido à relativa facilidade de chegar ao aluno (virtualmente).

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

• Cursos de Graduação no Campus – 50%, devido à necessidade de uma estrutura física mais robusta para acomodar os alunos.

(iv) **Software:** Valorizado usando o método de Custo de Substituição. A gerência estimou os custos relacionados ao desenvolvimento de sistemas com características semelhantes utilizando provedores externos à Unicesumar. Porque é um ativo auxiliar na geração de caixa a partir de outros ativos intangíveis ao aplicar a abordagem MEEM (neste caso, apenas Relacionamento com o Cliente), através dos Custos dos Ativos Contribuintes.

Os principais pressupostos utilizados na avaliação do software foram:

a. Vida útil restante: 5 anos.

b. Impostos: Aplicação da alíquota média efetiva do imposto de renda para a Companhia.

(v) **Material didático:** Valorizado pelo método do Custo de Reposição. A administração estimou os custos relacionados ao desenvolvimento de produtos similares, bem como o grau de obsolescência (75%). Porque é um ativo auxiliar na geração de caixa a partir de outros ativos intangíveis ao aplicar a abordagem MEEM (neste caso, apenas Relacionamento com o Cliente), através dos Custos dos Ativos Contribuintes.

Os principais pressupostos utilizados na avaliação do material didático-didático foram:

a. Vida útil restante: 3 anos.

b. Impostos: Aplicada a alíquota média efetiva do imposto de renda para a Companhia.

(vi) **Licenças de operação para ensino a distância:** Valor usando o método com ou sem. Esse método utiliza o resultado originado da projeção do negócio como um todo.

Os principais pressupostos utilizados na avaliação das licenças de operação para ensino a distância foram:

a. Taxa de desconto: A taxa de desconto aplicada foi WACC para cada CGU.

b. Vida útil estimada: Supõe-se que os efeitos de não depender das licenças de operação desde o início, tendo a necessidade de construir a rede, serão vistos indefinidamente.

c. Operação: As licenças de operação são dadas por meio de autorização, que dá à Unicesumar o direito de operar em determinada área geográfica, que, em alguns casos, vem por meio de um parceiro local. No entanto, cada autorização permite que a Unicesumar mude de parceiro em cada área, se necessário, substituindo a estrutura por uma equivalente. Os parceiros não estão vinculados às autorizações.

(vii) **Ativos de direito de uso:** Avaliados utilizando o método de Redução de Custos, que consiste no cálculo das economias medidas pela Empresa, corrigidas pela duração do contrato por uma taxa de desconto.

Os principais pressupostos utilizados na avaliação dos contratos de locação financeira foram:

a. Uma taxa de desconto de imposto de renda: a taxa de desconto após impostos foi aplicada corretamente em cada Unidade Geradora de Caixa ("CGU"), devido às suas diferenças em relação à avaliação de risco e à taxa de desconto de cada CGU.

b. Vida útil remanescente: Com base na duração do contrato de locação: 20 anos.

(viii) **Licenças de operação de vagas de medicina:** Valorizado usando o método Income Approach, com ênfase em flutuações marginais para as CGUs projetadas.

Os principais pressupostos utilizados na avaliação das licenças para operar cursos de medicina incluem o processo inicial de matrícula de um aluno (duração, novos alunos, evasão, graduação), valor do curso, lucratividade, investimentos e capital de giro, bem como crescimento em perpetuidade.

O valor do ágio é baseado principalmente na força de trabalho e suas sinergias nas perspectivas acadêmica, comercial e de custos, considerando que estamos somando a experiência de 15 anos e o histórico de ambas as instituições como players líderes em Educação Digital, o que nos permite melhorar ainda mais o atendimento de alta qualidade aos nossos alunos e sustentar nossa oferta acadêmica diferenciada.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

Aquisição Rede Enem

Em 1º de setembro de 2022, a companhia adquiriu 100% do capital social da Rede Enem Serviços de Internet Ltda. Rede Enem é uma plataforma que disponibiliza conteúdo gratuito por meio de um ecossistema que inclui blogs, cursos preparatórios gratuitos e perfis nas redes sociais.

O preço total de compra de R$ 1.400 foi pago à vista na data do fechamento. A tabela a seguir apresenta os ativos adquiridos e passivos assumidos ao valor justo na data da combinação de negócios:

Ativo	**90**
Caixa e equivalentes de caixa	23
Contas a receber	32
Outros ativos	7
Imobilizado	28
Passivo	**97**
Empréstimos e financiamentos	12
Salários e encargos sociais	41
Adiantamentos de clientes	25
Outros passivos	19
Ativos e passivos líquidos	**(7)**
Ativos identificados à valor justo	**-**
Contraprestação	1.400
Ágio por rentabilidade futura	**1.407**

5. Ativos e passivos financeiros

5.1. Ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	40.883	7.277	233.272	58.431
Contas a receber	34.515	32.599	304.687	271.142
Total	**75.398**	**39.876**	**537.959**	**329.573**
Circulante	75.392	39.875	468.832	323.995
Não circulante	6	1	69.127	5.578

5.2. Passivos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ao custo amortizado				
Fornecedores	6.421	7.494	111.726	98.873
Passivos de arrendamento	-	-	327.834	323.339
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	507.361	-	507.361
Empréstimos e financiamentos	2.181.819	1.620.216	2.181.819	1.620.246
Total	**2.188.240**	**2.135.071**	**2.621.379**	**2.549.819**
Circulante	157.541	138.622	314.467	281.341
Não circulante	2.030.699	1.996.449	2.306.912	2.268.478

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

5.3. Valor Justo

O Grupo avaliou que os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber no ativo circulante, fornecedores, empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento se aproximam de seus valores contábeis em grande parte devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. As contas a receber no ativo não circulante, os passivos de arrendamento e as contas a pagar por aquisição de controladas têm seu valor contábil descontado à sua respectiva taxa de juros efetiva, a fim de serem apresentadas o mais próximo possível de seu valor justo.

5.4. Instrumentos financeiros: Objetivos e políticas para gestão de riscos

Os principais passivos financeiros do Grupo compreendem contas a pagar por aquisição de controladas, empréstimos e financiamento, fornecedores, passivos de arrendamento e remuneração baseada em ações. O principal objetivo desses passivos financeiros é financiar as operações do Grupo. Os principais ativos financeiros do Grupo incluem contas a receber, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa que derivam diretamente de suas operações.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo monitora os riscos de mercado, crédito e operacional de acordo com os objetivos de gestão de capital e conta com o apoio, monitoramento e supervisão do Conselho de Administração nas decisões relacionadas à gestão de capital e seu alinhamento com os objetivos e riscos. A política do Grupo é que nenhuma negociação de derivativos para fins especulativos possa ser realizada. O Conselho de Administração revisa e concorda com as políticas de gerenciamento de cada um desses riscos, que estão resumidas abaixo.

5.4.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mercado está relacionada ao risco de taxa de juros.

A análise de sensibilidade nas seções a seguir se refere à posição em 31 de Dezembro de 2023.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente a aplicações financeiras e contas a pagar por aquisição de controladas, sujeitos, em cada caso, a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (ou taxa de inflação do IPCA).

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros das aplicações financeiras e contas a pagar por aquisição de controladas. Com todas as variáveis mantidas constantes, o lucro antes dos impostos do Grupo é afetado pelo impacto da taxa de juros variável, como segue:

					Aumento / redução na taxa de juros	
	Saldo em 31/12/2023	Índice - % ao ano	Cenário provável	Risco	Cenário possível 25%	Cenário remoto 75%
Aplicações financeiras	220.301	100% CDI - 13,04%	28.727	Redução	21.545	7.182
Contas a receber	12.375	IPCA - 4,62%	572	Redução	429	143
Passivos de arrendamento	327.834	IGP-M - 3,17%	10.392	Aumento	12.990	18.187

O cenário provável reflete as taxas de fechamento dos juros prefixados e dos índices de inflação no final do ano. O cenário possível projeta uma variação de 25% nessas taxas e, no cenário remoto, uma variação de 75%, tanto de alta quanto de baixa, sendo consideradas as maiores perdas resultantes do fator de risco.

Notas Explicativas

5.4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações sob um instrumento financeiro ou contrato com cliente, levando a uma perda financeira. O risco de crédito decorre da exposição do Grupo a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber.

O risco de crédito do cliente é gerenciado pelo Grupo com base na política, procedimentos e controles estabelecidos relacionados ao gerenciamento de risco de crédito de clientes. Os recebíveis de clientes pendentes são monitorados regularmente. Consulte a Nota 9 para informações adicionais sobre as contas a receber do Grupo.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria do Grupo, de acordo com a política do Grupo. Os investimentos de recursos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites atribuídos a cada contraparte.

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito para os componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os valores contábeis de seus ativos financeiros.

5.4.3. Risco de liquidez

A Administração do Grupo é responsável por monitorar o risco de liquidez. Para atingir o objetivo do Grupo, a Administração revisa regularmente o risco e mantém reservas apropriadas, incluindo linhas de crédito bancário com instituições financeiras de primeira linha. A Administração também monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Os principais requisitos de recursos financeiros utilizados pelo Grupo decorrem da necessidade de efetuar pagamentos a fornecedores, despesas operacionais, obrigações com salários e encargos sociais e contas a pagar por aquisição de controladas.

Controladora **Em 31 de dezembro de 2022**	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	7.494	-	-	-	7.494
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	507.361	-	-	507.361
Empréstimos e financiamentos	131.128	-	1.489.088	-	1.620.216
Total	**138.622**	**507.361**	**1.489.088**	**-**	**2.135.071**

Controladora **Em 31 de dezembro de 2023**	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	6.421	-	-	-	6.421
Empréstimos e financiamentos	151.120	593.397	1.437.302	-	2.181.819
Total	**157.541**	**593.397**	**1.437.302**	**-**	**2.188.240**

Consolidado **Em 31 de dezembro de 2022**	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	98.873	-	-	-	98.873
Passivos de arrendamento	51.310	62.567	40.804	168.658	323.339
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	507.361	-	-	507.361
Empréstimos e financiamentos	131.128	-	1.489.088	-	1.620.216
Total	**281.311**	**569.928**	**1.529.892**	**168.658**	**2.549.789**

Consolidado **Em 31 de dezembro de 2023**	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	111.726	-	-	-	111.726
Passivos de arrendamento	51.621	66.247	64.890	145.076	327.834
Empréstimos e financiamentos	151.120	593.397	1.437.302	-	2.181.819
Total	**314.467**	**659.644**	**1.502.192**	**145.076**	**2.621.379**

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

6. Valor justo

A Companhia avaliou que os justos valores dos instrumentos financeiros a custo amortizado, tais como caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, recebíveis comerciais correntes e contas a pagar comerciais se aproximam de suas quantias escrituradas em grande parte devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. Os recebíveis comerciais não correntes, os passivos de arrendamento, as contas a pagar da aquisição de subsidiárias e os empréstimos e financiamentos têm a sua quantia escriturada ajustada pela respetiva taxa de juro efetiva, a fim de serem apresentados o mais próximo possível do seu valor justo.

7. Gerenciamento do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar o pressuposto de continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo administra sua estrutura de capital e faz ajustes à luz de mudanças nas condições econômicas. Para manter e ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital aos acionistas ou emitir novas ações.

Em 31 de Dezembro de 2022, o Grupo possuía uma estrutura de capital impactada por sua estratégia de crescimento, organicamente ou por meio de aquisições, em especial a combinação de negócios com a Unicesumar. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gerenciamento de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O capital é administrado considerando a posição consolidada no nível da Vitru Limited, controladora da Companhia, mas também observando eventuais limitações e covenants financeiros no nível da Companhia.

O Grupo possui os seguintes covenants vinculados aos títulos de debêntures emitidos:

Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a:

(a) (a) 4,0x quatro vezes), a ser verificado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora, sendo a apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
(b) (b) 3,5 x (três vezes e meia), a ser verificado com base nas informações financeiras trimestrais consolidadas e revisadas da Emissora, sendo a apuração com base no trimestre encerrado em 30 de junho de 2024;

EBITDA Ajustado / Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a:

(a) 1,5x (uma vez e meia) a ser verificado com base nas informações financeiras consolidadas e revisada ou auditadas da Emissora, conforme aplicável, sendo a apuração com base (a) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e (b) no trimestre encerrado em 30 de junho de 2024; e
(b) 2,0x (duas vezes), a ser verificado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora, sendo a apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e nos anos subsequentes até o vencimento das Debêntures.

A não observância, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros acima ("Índices Financeiros") a serem apurados conforme indicado abaixo, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e/ou informações trimestrais consolidadas da Emissora, verificados pelo Agente Fiduciário até a Data de Vencimento e/ou pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, o que ocorrer primeiro, a serem calculados com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, devidamente auditadas ou revisadas de acordo com as normas contábeis aplicáveis, pelos auditores independentes contratados pela Emissora.

Para fins deste item:

"Dívida Financeira" significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora, qualquer valor devido, no Brasil ou no exterior, em decorrência de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil (exceto aluguel de imóveis), leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) aquisições a pagar; (iii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e no passivo não circulante); (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas

Notas Explicativas

demonstrações financeiras; e (v) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável, sendo certo que a Dívida Financeira não considerará passivos referentes a arrendamentos mercantis (aluguel de imóveis);

"Dívida Financeira Líquida" significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora, a sua Dívida Financeira deduzida do somatório do caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus;

"EBITDA Ajustado" significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, o lucro líquido do período, acrescido dos tributos (correntes e diferidos) sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras, das depreciações, amortizações e exaustões (incluindo despesas de impairment), dos juros e multas sobre mensalidades em atraso ("Interest on tuition fees paid in arrears"), das despesas com planos de stock options ("Share-based compensation plan"), da linha de Outras Despesas e Receitas ("Other income (expenses), net"), e das despesas com M&A, oferta de ações e restruturações ("M&A, pre-offering expenses and restructuring expenses"), todos calculados de acordo com as definições do formulário 20-F mais recente da Vitru Ltd. E em linha com as normas de IFRS, sendo certo que, ademais, o EBITDA Ajustado deverá considerar as despesas com aluguéis pagos;

"Resultado Financeiro Líquido" significa Receitas Financeiras menos (-) Despesas Financeiras;

"Receitas Financeiras" significa o somatório dos juros sobre aplicações financeiras, juros sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, e receitas relacionadas a hedge/derivativos; e

"Despesas Financeiras" significa o somatório dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a hedge/derivativos, juros ou multas por atraso e/ou não pagamento de obrigações, excluindo juros sobre capital próprio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Grupo está cumprindo todos os covenants atingindo os seguintes índices:

Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado: 2,93

EBITDA Ajustado / Resultado Financeiro Líquido: 2,18

8. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	1.065	561	12.971	35.130
Aplicações financeiras (i)	39.818	6.716	220.301	23.301
	40.883	**7.277**	**233.272**	**58.431**

(i) Aplicações financeiras são compostas por depósitos de curto prazo com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, prontamente conversíveis em dinheiro, junto a instituições financeiras de primeira linha. A média de rendimento desses depósitos é 13,49% a.a., correspondentes a 103,45% do CDI (2022 – 10,50% a.a. – 84,80% do CDI)

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mensalidades	54.652	47.005	479.939	437.903
FIES e UNIEDU Créditos Garantidos	-	-	52.845	1.979
PEP - Pagamento Especial em Prestações (i)	-	-	12.375	27.393
CREDIN - Crédito Educacional Interno (ii)			39.992	22.365
Provisão para vendas canceladas	-	-	(12.150)	(6.512)
Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber	(20.137)	(14.406)	(268.314)	(211.986)
Total de contas a receber	**34.515**	**32.599**	**304.687**	**271.142**
Circulante	34.509	32.598	235.560	265.564
Não circulante	6	1	69.127	5.578

(i) Em 2015, foi introduzido um programa especial de pagamento parcelado (PEP) para facilitar a entrada de estudantes que não podiam se qualificar para o FIES, devido a mudanças ocorridas no programa na época. Esses recebíveis rendem juros de 4,62% a.a. e, dado o longo prazo das parcelas, foram descontados à taxa interbancária de 13,04% a.a..

(ii) A Unicesumar possui um programa semelhante ao PEP, onde é deduzido um percentual fixo do valor bruto da mensalidade dos serviços prestados durante toda a duração da graduação do aluno. Após a formatura, os alunos devem pagar as deduções durante um prazo igual ao período da graduação cursada pelo aluno com os valores atualizados do curso concluído.

Os saldos de contas a receber por faixa de vencimento estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Recebíveis a vencer	37.951	32.988	194.377	99.088
	-			
Recebíveis vencidos	-			
De 1 a 30 dias	172	1.559	55.948	59.718
De 31 a 60 dias	2.014	68	43.933	44.827
De 61 a 90 dias	1.820	1.401	45.104	47.174
De 91 a 180 dias	4.910	3.711	84.106	85.359
De 181 a 365 dias	7.785	7.278	161.683	153.474
Provisão para cancelamento de receita	-	-	(12.150)	(6.512)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(20.137)	(14.406)	(268.314)	(211.986)
	34.515	**32.599**	**304.687**	**271.142**

Os cancelamentos consistem em deduções à receita para ajustá-la à extensão que seja provável que não será revertida, relacionada a solicitações de alunos que não participaram de aulas e não reconhecem o serviço prestado ou estão insatisfeitos com os serviços prestados, geralmente porque não se adaptaram à plataforma ou à sua própria escolha de assunto. Uma provisão para cancelamento é estimada usando o método do valor esperado, que considera a experiência acumulada e é atualizado no final de cada exercício para mudanças nas expectativas.

As alterações na provisão para cancelamento de receita do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2023	2022
No início do exercício	**(6.512)**	**(4.191)**
Adições	(6.598)	(15.969)
Reversões	960	13.648
No final do exercício	**(12.150)**	**(6.512)**

O Grupo registra a provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber mensalmente, analisando os valores faturados no mês, o volume mensal de recebíveis e os respectivos valores pendentes por faixa de pagamento em atraso, calculando o desempenho de recuperação. De acordo com essa metodologia, o valor faturado mensalmente e cada faixa de pagamento em atraso recebe uma porcentagem da probabilidade de perda acumulada de forma recorrente.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

Quando o atraso excede 365 dias, o recebível é baixado. Mesmo para créditos baixados, os esforços de cobrança continuam e seu recebimento é reconhecido diretamente na demonstração do resultado, quando incorrido, como recuperação de perdas.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas do Grupo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
No início do exercício	**(14.406)**	**(14.726)**	**(208.535)**	**(113.934)**
Baixas por incobráveis	10.522	10.465	203.762	89.481
Reversão	3.884	-	37.256	19.242
Provisão para perdas de crédito esperadas	(20.137)	(10.145)	(300.797)	(206.775)
No final do exercício	**(20.137)**	**(14.406)**	**(268.314)**	**(211.986)**

10. Impostos de renda correntes e diferidos

a) Reconciliação dos impostos de renda na demonstração do resultado

Os impostos de renda divergem do valor teórico que seria obtido usando as alíquotas nominais de impostos de renda aplicáveis aos resultados das entidades do Grupo, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes dos impostos	80.173	(4.120)	109.868	936
Alíquota nominal combinada de impostos de renda	34%	34%	34%	34%
Impostos de renda às alíquotas nominais	**(27.259)**	**1.401**	**(37.355)**	**(318)**
Receita isenta de tributação - benefício Prouni (i)	-	-	185.399	95.812
Imposto diferido ativo não reconhecido sobre prejuízos fiscais (ii)	-	-	(5.135)	(2.040)
Provisão para não realização de imposto diferido (iii)	(118.273)		(118.273)	-
Despesas não dedutíveis	-	(7.050)	(12.057)	17
Resultado de equivalência de controladas	188.030	102.909	-	(6.067)
Outros	-	-	224	4.800
Total do imposto de renda e da contribuição social	**42.498**	**97.260**	**12.803**	**92.204**
Alíquota efetiva	**(53)%**	**2361%**	**(12)%**	**(9.851)%**
Despesa de impostos de renda correntes	-	-	(53.611)	(18.023)
Receita de impostos de renda diferidos	42.498	97.260	66.414	110.227

(i) O Programa Universidade para Todos - Prouni, estabelece, através da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de certos impostos federais para instituições de ensino superior que concedem bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda matriculados nos programas de graduação tradicional e graduação tecnológica. As empresas de ensino superior do Grupo estão incluídas neste programa.
(ii) Algumas controladas da Companhia possuem prejuízos fiscais sem previsão de realização.
(iii) A Companhia teve um histórico de prejuízo fiscal nos dois últimos anos, considerando esse histórico e a projeção de crescimento e evolução dos negócios da companhia, foi realizada uma provisão de 24% sobre os ativos diferidos ativos.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

b) Imposto de renda diferido

	Balanço		Resultado	
Controladora	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	93.242	93.242	-	78.832
Provisão para perdas de crédito esperadas	7.718	7.718	-	15.475
Provisões trabalhistas	15.413	15.413	-	1.989
Outras provisões	577	577	-	964
Total	**116.950**	**116.950**	**-**	**97.260**
Impostos diferidos ativos	**116.950**	**116.950**		

	Balanço		Resultado	
Controladora	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
Ativos intangíveis de combinações de negócios	(730.896)	(773.394)	42.498	-
Total	**(730.896)**	**(773.394)**	**42.498**	**-**
Impostos diferidos passivos	**(730.896)**	**(773.394)**		

	Balanço		Resultado	
Consolidado	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	93.242	93.242	-	78.832
Provisão para perdas de crédito esperadas	90.892	59.739	31.153	-
Provisões trabalhistas	19.036	-	19.036	15.475
Contratos de leasing	3.937	7.147	(3.210)	1.989
Provisão para cancelamento de receita	4.131	990	3.141	7.147
Provisão para contingências	4.521	4.149	372	990
Outras provisões	11.200	37.776	(26.576)	5.794
Total	**226.959**	**203.043**	**23.916**	**110.227**
Impostos diferidos ativos	**226.959**	**203.043**		

	Balanço		Resultado	
Consolidado	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
Ativos intangíveis de combinações de negócios	(730.896)	(773.394)	42.498	-
Total	**(730.896)**	**(773.394)**	**42.498**	**-**
Impostos diferidos passivos	**(730.896)**	**(773.394)**		

Os impostos diferidos acima foram registrados à taxa nominal de 34%. De acordo com a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser transportados indefinidamente, no entanto, o prejuízo transportado só pode ser usado para compensar até 30% do lucro tributável do ano.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
2024	(18.742)	87.984
2025	(41.182)	(40.528)
2026	(39.386)	(38.732)
2027	(39.386)	(38.732)
2028 a 2033	(475.250)	(473.929)
Total	**(613.946)**	**(503.937)**

11. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos aos parceiros de polos (i)	682	265	10.734	5.109
Adiantamentos a fornecedores	531	17	4.394	4.145
Licenças de software	14	-	2.292	389
Adiantamentos a funcionários	53	16.258	1.986	-
Seguros	28	27	304	208
Custos de transações de futuras emissões	-	6.550	-	8.514
Outros	-	-	-	(444)
Despesas antecipadas	**1.308**	**23.117**	**19.710**	**17.921**

(i) O aumento em adiantamentos a polos parceiros durante o exercício de 2023 ocorreu principalmente devido a estratégia de expansão do Grupo e disponibilização de fundos para realização de ações de marketing regionais durante os períodos de captação.

12. Recebíveis de parceiros.

As contas a receber dos parceiros de polos são valores em dinheiro transferidos para os polos que serão descontados dos repasses futuros que o Grupo realiza sobre os valores recebidos de alunos:

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Créditos cedidos	96.628	80.096
Total de contas a receber	**96.628**	**80.096**
Circulante	39.351	31.979
Não circulante	57.277	48.117

O aumento em adiantamentos a polos parceiros durante o exercício de 2023 ocorreu principalmente devido a estratégia de expansão do Grupo e disponibilização de fundos para realização de ações de marketing regionais durante os períodos de captação.

13. Investimentos em controladas

Composição dos investimentos da Controladora:

	31/12/2023	31/12/2022
Equivalência patrimonial	753.063	473.051
Ágio na aquisição	4.258.016	4.382.993
Total Investimentos	**5.011.079**	**4.856.044**

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

Movimentação dos investimentos da Controladora:

Movimentação equivalência patrimonial:

Controladas	UNIASSELVI	UNICESUMAR	FAMEG	FAIR	FAC	REDE ENEM	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2022	**322.464**	**137.901**	**4.819**	**4.294**	**3.711**	**(138)**	**473.051**
Programa de opção de ações	4.953	-	-	-		-	4.953
Aumento de capital	16.120	44.697	1.700	1.000	2.800	1.250	67.567
Equivalência patrimonial	111.846	451.271	(3.741)	(2.220)	(3.086)	(1.052)	553.018
Distribuição de dividendos	(23.083)	(322.443)	-		-	-	(345.526)
Em 31 de dezembro de 2023	**432.300**	**311.426**	**2.778**	**3.074**	**3.425**	**60**	**753.063**

Movimentação do ativo intangível em combinação de negócio:

	2023	2022
Em 31 de dezembro 2022	**4.382.993**	**604.521**
Combinação de negócios	-	3.854.802
Amortização	(124.977)	(76.330)
Em 31 de dezembro de 2023	**4.258.016**	**4.382.993**

14. Arrendamentos

A seguir são apresentados os valores contábeis dos ativos de direito de uso do Grupo relacionados a edificações usadas como escritórios e polos, passivos de arrendamento e a movimentação durante o exercício:

	Ativo de direito de uso		Passivos de arrendamento	
Consolidado	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Em 1 de janeiro	**350.393**	**136.104**	**323.339**	**161.532**
Novos contratos	3.274	6.901	3.274	6.901
Remensuração pelo índice (i)	23.878	19.214	23.878	19.214
Alteração de contratos (ii)	(2.529)	(19.454)	(1.919)	(17.763)
Combinação de negócios	-	228.258	-	171.829
Despesa de depreciação	(25.333)	(20.630)	-	-
Provisão para juros	-		33.857	28.246
Pagamento de principal	-		(20.738)	(18.374)
Pagamento de juros	-		(33.857)	(28.246)
Em 31 de dezembro	**349.683**	**350.393**	**327.834**	**323.339**
Circulante	-	-	51.621	51.310
Não circulante	349.683	350.393	276.213	272.029

(i) Os passivos de arrendamento e os ativos de direito de uso foram aumentados em relação aos pagamentos variáveis do arrendamento que dependem de um índice ou taxa, como resultado de preços de aluguel anuais ajustados contratualmente pela taxa de inflação do mercado Índice Geral de Preços do Mercado ou IGP-M.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia alterou o objeto de um contrato de arrendamento com um efeito no resultado no valor de R$ 610 reconhecido na linha de outras receitas (despesas) líquidas.

O Grupo reconheceu uma despesa de aluguel de arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor de R$ 8.492 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (2022 - R$ 5.882), representado principalmente por arrendamentos de equipamentos de telefonia e informática.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

15. Imobilizado

Consolidado	Equipamentos de TI	Móveis, equipamentos e instalações	Livros da biblioteca	Veículos	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento (i)	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2021								
Valor residual	**15.446**	**32.518**	**2.976**	**—**	**—**	**54.719**	**1.180**	**106.839**
Custo	33.650	61.177	20.994	—	—	76.494	1.180	193.495
Depreciação acumulada	(18.204)	(28.659)	(18.018)	—	—	(21.775)	—	(86.656)
Aquisições	10.248	11.392	240	624	—	(388)	8.360	30.476
Transferências	—	909	—	—	—	385	(1.294)	—
Baixas	(310)	—	—	—	—	—	—	(310)
Combinação de negócios	15.413	43.190	2.570	1.416	4.566	8.539	2.402	—
Depreciação	(7.510)	(8.019)	(1.578)	(880)	—	(2.539)	—	(20.526)
Em 31 de dezembro de 2022								
Valor residual	**33.287**	**79.990**	**4.208**	**1.160**	**4.566**	**60.716**	**10.648**	**194.575**
Custo	90.947	156.004	37.719	5.215	4.566	85.432	10.648	390.531
Depreciação acumulada	(57.660)	(76.014)	(33.511)	(4.055)	—	(24.716)	—	(195.956)
Aquisições	17.511	23.998	645	—	—	1.487	7.659	51.300
Transferências	49	618	—	—	—	7.812	(8.479)	—
Baixas	(1.430)	(3.776)	(1)	(211)	—	(50)	—	(5.468)
Depreciação	(12.653)	(13.385)	(1.454)	(305)	—	(6.758)	—	(34.555)
Em 31 de dezembro de 2023								
Valor residual	**36.764**	**87.445**	**3.398**	**644**	**4.566**	**63.207**	**9.828**	**205.852**
Custo	77.215	150.692	38.363	4.376	4.566	94.681	9.828	379.721
Depreciação acumulada	(40.451)	(63.247)	(34.965)	(3.732)	—	(31.474)	—	(173.869)

Não há evidências de que os valores contábeis do imobilizado excedam os valores recuperáveis.

(i) Referem-se a obras em andamento para melhorias nas instalações utilizadas pelo Grupo, relacionadas à acessibilidade e modernização das instalações.

16. Intangível

Consolidado	Software	Desenvolvimento de projetos internos	Marcas registradas (i)	Licenças de operação para ensino a distância	Licenças de operação de cursos de medicina	Acordos de não-competição	Carteira de clientes	Materiais didáticos	Ágio por rentabilidade futura	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2021										
Valor residual	**20.670**	**44.887**	**53.985**	**245.721**	**—**	**—**	**—**	**—**	**304.815**	**670.078**
Custo	66.575	65.216	85.163	245.721	—	10.826	100.695	7.344	372.268	953.808
Amortização e impairment acumulados	(45.905)	(20.329)	(31.178)	—	—	(10.826)	(100.695)	(7.344)	(67.453)	(283.730)
Aquisição e capitalização	18.785	32.090	—	5.847	—	—	—	—	—	56.722
Combinação de negócios	33.379		352.189	1.206.641	55.454	272.416	294.525	26.584	1.557.774	3.798.962
Amortização	(12.815)	(12.256)	(12.311)	—	—	(22.038)	(33.335)	(5.416)	—	(98.171)
Em 31 de dezembro de 2022										
Valor residual	**60.019**	**64.721**	**393.863**	**1.458.209**	**55.454**	**250.378**	**261.190**	**21.168**	**1.862.589**	**4.427.591**
Custo	141.148	97.306	437.390	1.458.209	55.454	283.242	395.220	33.928	1.930.042	4.831.939
Amortização e impairment acumulados	(81.129)	(32.585)	(43.527)	—	—	(32.864)	(134.030)	(12.760)	(67.453)	(404.348)
Aquisição e capitalização	21.858	49.427	—	—	—	—	—	—	—	71.285
Transferências	20.873	(20.873)	—	—	—	—	—	—	—	—
Baixas	(3.968)	—	—	—	—	—	—	—	—	(3.968)
Amortização	(17.812)	(17.580)	(17.885)	—	—	(36.061)	(54.549)	(8.861)	—	(152.748)
Em 31 de dezembro de 2023										
Valor residual	**80.970**	**75.695**	**375.978**	**1.458.209**	**55.454**	**214.317**	**206.641**	**12.307**	**1.862.589**	**4.342.160**
Custo	178.303	124.449	437.390	1.458.209	55.454	283.242	395.220	33.928	1.930.042	4.896.237
Amortização e impairment acumulados	(97.333)	(48.754)	(61.412)	—	—	(68.925)	(188.579)	(21.621)	(67.453)	(554.077)

(i) O grupo detém os direitos de diversas marcas, como Assevim, FAC, FAIR, FAMESUL e outras, no entanto, as marcas Uniasselvi e Unicesumar são as únicas reconhecidas como ativo intangível, em decorrência da combinação de negócios.

Notas Explicativas

Teste de *impairment* de ativos intangíveis de vida útil indefinida

O ágio, as licenças de operação para ensino à distância e as licenças de operação de cursos de medicina foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), que estão identificadas ao nível dos segmentos operacionais da Companhia identificados na Nota 30.
O resumo em nível de segmento operacional da alocação dos ativos intangíveis de vida útil indefinida e as principais premissas para as UGCs que possuem ágio significativo alocado a elas são apresentados abaixo:

Segmento operacional	Ensino à distância		Educação continuada		Graduação presencial	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Allocation of carrying amount:						
Ágio por rentabilidade futura	1.398.488	1.398.488	32.996	32.996	431.105	431.105
Licenças de operação para ensino a distância	1.425.894	1.425.894	32.315	32.315	-	-
Licenças de operação de cursos de medicina	-	-	-	-	55.454	55.454
Ativos intangíveis sem vida útil	**2.824.382**	**2.824.382**	**65.311**	**65.311**	**486.559**	**486.559**
Premissas chave:						
Taxa de cresimento da receita operacional (i)	15,2%	28,8%	34,5%	70,0%	5,7%	-19,9%
Taxa de desconto (ii)	9,4%	10,6%	9,4%	10,6%	9,4%	10,6%
Taxa de continuidade (iii)	3,0%	3,2%	3,0%	3,2%	3,0%	3,2%
Margem bruta (iv)	76,0%	70,8%	76,3%	88,9%	44,9%	35,8%

(i) A taxa de crescimento da receita operacional líquida é baseada no crescimento histórico da base de alunos e nas expectativas da administração em relação ao desenvolvimento do mercado.
(ii) A taxa de desconto antes dos impostos reflete riscos específicos relativos ao segmento e país em que a Companhia atua.
(iii) A taxa de continuidade não excede a taxa média de crescimento de longo prazo para o sector da educação em que a CGU opera e é composta principalmente pela inflação esperada.
(iv) A margem bruta orçada é a margem média como percentagem da receita durante o período de previsão de cinco anos. Baseia-se nos níveis atuais de margem de vendas e está alinhado com o histórico operacional da Companhia e as expectativas da administração para o desempenho futuro.

Com base nas recentes mudanças na legislação e no crescimento do mercado de educação digital no Brasil, a Administração espera ter um forte crescimento nos cursos de graduação em educação digital, principalmente baseado no aumento de polos. Além dos investimentos com novos hubs, a Administração também considera investimentos em melhorias para ampliação das unidades existentes.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) foi determinado com base em cálculos do valor em uso que requerem a utilização de premissas. Os cálculos utilizam projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração abrangendo um período de cinco anos. Os fluxos de caixa para além do período de cinco anos são extrapolados utilizando as taxas de crescimento de longo prazo estimadas acima indicadas.

Não houve redução ao valor recuperável do ágio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Impacto de possíveis mudanças nas principais premissas

Uma redução de 120 pontos base na margem bruta estimada pela administração utilizada no cálculo do valor em uso da CGU dos cursos de graduação em educação digital em 31 de dezembro de 2023 (74,8% em vez de 76,0%), não teria resultado no reconhecimento de uma deterioração do ágio. Além disso, a Companhia realizou a mesma análise de sensibilidade para os cursos de educação continuada (75,2% em vez de 76,3%) e concluiu que não teria resultado no reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio.

Além do teste acima de redução da margem bruta, um aumento de 120 pontos base na taxa de desconto estimada pela administração aplicada às projeções de fluxo de caixa para as duas UGCs para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2023 (12,5% em vez de 11,3%), teria não resultou no reconhecimento de uma imparidade do goodwill.

A Administração considerou e avaliou razoavelmente possíveis mudanças em outras premissas-chave e não identificou quaisquer casos que pudessem fazer com que o valor contábil dos cursos de graduação em educação digital e dos segmentos de educação continuada excedesse seu valor recuperável.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

17. Empréstimos e financiamentos

Em 19 de maio de 2022, a companhia emitiu duas séries de debêntures, sendo a primeira com 500 títulos com vencimento entre novembro de 2023 e maio de 2024, e a segunda série com 1.450 títulos com vencimento entre maio de 2025 e maio de 2027. O valor nominal de cada título das séries é de R$ 1.000,00. Em 5 de maio de 2023, a empresa emitiu mais uma série de debêntures, contendo 190.000 títulos com vencimento entre maio de 2025 e maio de 2028. O valor nominal de cada título também é de R$ 1.000,00. Em dezembro de 2023, a companhia emitiu uma terceira série de debêntures contendo 500.000 títulos com valor nominal de R$1.000,00 e vencimento entre 2025 e 2028.

a) Composição

Tipo	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	De CDI +2.45% a.a. até 3.2% a.a.	Mai/22 to Nov/28	2.181.819	1.620.216
Circulante			151.120	131.158
Não circulante			2.030.699	1.489.088

b) Variação

	Empréstimos e financiamentos	
	2023	2022
Saldo em 1 de janeiro	**1.620.216**	**-**
Adição por emissão de debêntures	675.828	1.905.851
Reconhecimento de juros	264.313	165.881
Pagamentos do principal	(100.869)	(296.262)
Pagamentos de juros	(277.669)	(155.254)
Saldo em 31 de dezembro	**2.181.819**	**1.620.216**

c) Vencimento

Vencimento	Empréstimos e financiamentos
2024	151.120
2025	593.397
2026	692.484
2027	520.758
2028	224.060
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.181.819**

18. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para bônus	26.488	3.136	41.031	9.522
Encargos sociais a pagar (i)	659	454	22.085	15.675
Salários a pagar	449	126	15.455	10.374
Provisão para férias	617	508	11.084	6.883
Outros	2	1	771	651
Total	**28.215**	**4.225**	**90.426**	**43.105**

(i) Composto por contribuições para a Previdência Social ("INSS") e para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), bem como imposto de renda retido na fonte ("IRRF") sobre salários.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

19. Contas a pagar por aquisição de controladas

	2023	2022
Em 1 de janeiro	**507.361**	**149.765**
Adição por aquisição de subsidiárias	-	(73.134)
Aditivo Contratual	-	40.069
Provisão para juros	40.304	680.015
Pagamento	(547.665)	(289.354)
Em 31 de dezembro	**-**	**507.361**
Circulante	-	-
Não circulante	-	507.361

Em 05 de dezembro de 2023 a Companhia liquidou a última parcela da aquisição da Unicesumar de forma antecipada como parte da sua estratégia de gerenciamento de capitais.

20. Contingências

a) **Provisão para contingências**
As provisões relacionadas a processos trabalhistas e cíveis cuja probabilidade de perda é avaliada como provável são as seguintes:

Consolidado	Cível	Trabalhista	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**2.834**	**12.038**	**14.872**
Adições	2.699	4.843	7.542
Combinação de negócios	549	11.961	12.510
Provisão para juros	2	25	27
Pagamentos (baixas)	(60)	(846)	(906)
Reversões	(1.485)	(3.379)	(4.864)
Em 31 de dezembro de 2022	**4.539**	**24.642**	**29.181**
Adições	13.024	13.103	26.127
Provisão para juros	838	1.443	2.281
Pagamentos (baixas)	(7.571)	(4.660)	(12.231)
Reversões	(2.981)	(499)	(3.480)
Em 31 de dezembro de 2023	**7.849**	**34.029**	**41.878**

As controladas do Grupo são partes em processos judiciais e administrativos. Esses processos geralmente se referem a disputas legais e administrativas envolvendo sindicatos, funcionários, fornecedores e estudantes. As provisões são registradas para processos judiciais que representam perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui uma análise das evidências disponíveis, incluindo a opinião de consultores jurídicos internos e externos. A Administração acredita que as provisões são suficientes e estão adequadamente registradas nas demonstrações financeiras.

b) **Ativos de indenização**
Os reembolsos esperados para as provisões de contingências relacionadas a processos trabalhistas e cíveis cuja probabilidade de perda é avaliada como provável são as seguintes:

Ativos	Cível	Trabalhista	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**595**	**8.029**	**8.624**
Adições	1.051	3.541	4.592
Provisão para juros	501	833	1.334
Pagamentos (baixas)	(433)	(3.645)	(4.078)
Reversões	(174)	(445)	(619)
Em 31 de dezembro de 2022	**1.540**	**8.313**	**9.853**
Adições	10.298	11.517	21.815
Provisão para juros	13	110	123
Pagamentos (baixas)	(1.845)	(667)	(2.512)
Reversões	(653)	(200)	(853)
Em 31 de dezembro de 2023	**9.353**	**19.073**	**28.426**

Notas Explicativas

c) Perdas possíveis, não previstas no balanço

Nenhuma provisão foi constituída para os processos classificados como perda possível, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. A composição das contingências existentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Cível	14.939	23.210
Trabalhista	37.051	28.284
Fiscal	67.799	59.916
Total	**119.789**	**111.410**

Processos cíveis classificados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia estavam sujeitas a 1.452 (2022 – 1.263) ações cíveis. A maior parte das ações está relacionada a reclamações de consumidores, incluindo discussões sobre cobrança indevida de mensalidades e taxas, atraso na emissão de certificados e diplomas, cobrança indevida de mensalidades de alunos contemplados com bolsas e financiamentos públicos e negação de matrícula em cursos, entre outros.

Processos trabalhistas classificados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia estavam sujeitas a 184 (2022 – 180) reclamações trabalhistas. A maioria dessas reclamações está relacionada a horas extras, equiparação salarial, pagamento de férias e/ou não gozo de períodos de férias, indenizações e verbas rescisórias e indenizações com base nas leis trabalhistas brasileiras.

Processos tributários classificados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia estavam sujeitas a 6 (2022 – 5) reclamações fiscais. A Companhia possui processo administrativo tributário pendente relacionado ao Auto de Infração Tributária nº 000204.00/2017, lavrado pela Secretaria Municipal de Fazenda de Porto Alegre, no valor total de R$ 28.024, correspondente a suposto débito de Imposto sobre Serviços (ISS), acrescido de multa de 150% e juros de mora, referente ao período de janeiro de 2012 a junho de 2017.

A interpretação da Receita Federal de Porto Alegre é que os serviços educacionais prestados à distância pela Companhia, a partir de sua sede em Indaial/SC, estariam sujeitos à tributação de ISS na Cidade de Porto Alegre, onde mantém um sistema de educação digital. Centro. Esta interpretação é contestada na esfera administrativa pelo escritório de advocacia externo da Companhia.

A responsabilidade por qualquer pagamento de tal dívida será de acordo com os períodos de responsabilidade definidos de acordo com os termos e condições do contrato de compra e venda descritos na nota 4, e os Vendedores serão responsáveis por quaisquer dívidas relativas ao período anterior ao fechamento data da aquisição (29 de fevereiro de 2016).

21. Patrimônio líquido

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 600 milhões de ações, sujeita à aprovação do Conselho de Administração, que decidirá as condições de pagamento, as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

b) Capital subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado era de R$ 2.031.408 (2022 – R$ 2.031.408) dividido em 1.959.752 mil (2022 – 1.959.752 mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

c) Distribuição de lucros

O estatuto social da Companhia exige a distribuição de dividendos no valor de 1% do lucro líquido do exercício.

Notas Explicativas

Em junho de 2023 foi determinada a distribuição de R$ 40.000 a serem distribuídos até 31 de dezembro de 2024, como antecipação de dividendos da reserva de lucros da Companhia sendo que desses R$ 21.735 já foram distribuídos.

Além dos dividendos distribuídos em junho, s dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 1.227 foram destacados ao final do exercício de 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi realizada a distribuição de dividendos.

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. O objetivo da reserva legal é proteger o capital e somente pode ser utilizada para compensação de perdas e aumento de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante destinado a reserva legal foi R$ 9.045 (2022 – R$ 4.657).

Reserva estatutária

A reserva estatutária da Companhia é denominada Reserva de Investimentos, cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o seu saldo soma às demais reserva de lucros, exceto as reservas de contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante destinado a reserva estatutária foi de R$ 115.310 (2022 – R$ 88.483).

e) Reservas de capital

Remuneração baseada em ações

A reserva de capital contém a reserva para programas de remuneração baseada em ações, classificados como liquidadas com instrumentos de patrimônio, conforme detalhado na Nota 23.

A reserva de remuneração baseada em ações é usada para reconhecer:
- o valor justo das opções emitidas aos empregados na data de outorga, mas não exercidas.
- o valor justo das ações emitidas aos empregados na data de outorga quando do exercício das opções.

22. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias detidas pelos acionistas durante o ano.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui opções em aberto e não exercidas para comprar ações ordinárias que estão incluídas no cálculo do lucro básico e diluído por ação.

A tabela a seguir contém o lucro (prejuízo) por ação da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares, exceto valores por ação):

Lucro básico e diluído por ação	**2023**	**2022**
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	122.671	93.140
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.997.588	1.160.613
Lucro (prejuízo) básico por ação (R$)	**0,06**	**0,08**

23. Remuneração baseada em ações

O Grupo oferece aos seus gerentes e executivos um Plano de Opções de Ações com condições gerais para a outorga de opções de ações emitidas pela Companhia aos participantes indicados pelo Conselho de Administração que, a seu critério, preenchem as condições de participação, alinhando assim os interesses dos participantes aos interesses de seus acionistas, de forma a maximizar os resultados

Notas Explicativas

do Grupo e aumentar o valor econômico de suas ações, gerando benefícios para os participantes e demais acionistas. O Grupo também oferece aos participantes um incentivo de longo prazo, aumentando sua motivação e permitindo ao Grupo reter capital humano de qualidade.

Os participantes de ambos os planos têm o direito de transformar todas as opções adquiridas em ações mediante pagamento em dinheiro, pagando o Preço de Exercício da Opção conforme definido no respectivo programa a que cada participante está associado. A diferença entre o preço estipulado no programa e o valor justo da ação na data de mensuração é registrado no patrimônio líquido.

Os participantes do primeiro plano terão o direito de exigir que a Companhia adquira todas as ações de sua titularidade para manutenção em tesouraria ou pelo cancelamento, mediante pagamento, em dinheiro, do Preço de Exercício da Opção de Venda, por determinado período a partir da última Data de Vencimento, desde que nenhum evento de saída ocorreu até o final do referido período.

Cumpridas todas as condições aplicáveis à recompra de ações previstas nas leis e/ou regulamentos aplicáveis, a Companhia pagará ao Participante o preço equivalente a uma determinada quantidade de múltiplos do EBITDA da Companhia menos a Dívida Líquida, conforme estabelecido em cada programa de subvenções, registrado como passivo.

A despesa reconhecida por serviços de empregados recebidos durante o exercício é a seguinte:

Resultado reconhecido devido a transações com pagamentos em ações	2023	2022
Pago em caixa - primeiro plano	(17.831)	(32.478)
Pago em ações - primeiro plano	2.321	20.623
Pago em ações - segundo plano	6.121	5.845
Total	**(9.389)**	**(6.010)**

24. Partes relacionadas

24.1. Relacionamento com entidades relacionadas

Em decorrência da combinação de negócios com a Unicesumar, a Companhia possui um contrato de arrendamento com empresas relacionadas a membros da administração: O objeto do contrato é o Campus da Unicesumar localizado na cidade de Maringá-PR e tem uma vigência de 20 anos a partir da data de fechamento da combinação de negócios.

	Saldos no balanço		Resultado	
Arrendamentos	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
SOEDMAR - Sociedade Educacional De Maringa Ltda.				
Ativos de direito de uso	173.521	160.230		
Despesa de depreciação			(7.224)	(5.054)
Passivos de arrendamento	167.968	165.089		
Juros sobre arrendamentos			(13.984)	(13.061)
WM Administração e Participações Ltda				
Ativos de direito de uso	3.374	2.845		
Despesa de depreciação			(319)	(255)
Passivo de arrendamento	2.954	2.942		
Juros sobre arrendamentos			(287)	(268)

Além do arrendamento, como consequência da combinação de negócios com da Unicesumar, a Companhia possuia um passivo a pagar pela aquisição de controladas a membros da administração e do conselho da Companhia. A dívida foi liquidada de forma antecipada em 05 de dezembro de 2023. O valor da dívida foi atualizado pelo IPCA até maio de 2023 e foi atualizado por CDI + 3% no segundo ano até sua liquidação.

	Saldos no balanço		Resultado	
Contas a pagar pela aquisição de controladas	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
Empréstimos e financiamentos	-	147.338		
Despesas financeiras			(40.303)	(1.458)

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

A Companhia também realiza doações mensais ao ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Instituto tem, entre suas finalidades e objetivos institucionais, o apoio, o desenvolvimento e a promoção de projetos de educação, pesquisa, desenvolvimento, inovação e tecnologia, reunindo ações, programas e atividades para esse fim. Alguns administradores da Companhia também auxiliam na administração do ICETI.

	Saldos no balanço		Resultado	
Doações	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
ICETI - Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação				
Outras receitas (despesas) líquidas			(3.063)	(3.340)

24.2. Remuneração da administração

	2023	2022
Salários, encargos sociais e remuneração variável (i)	38.331	8.241
Remuneração baseada em ações	(9.389)	(6.010)
Total	**28.942**	**2.231**

(i) A remuneração variável é definida e aprovada pelo Conselho da Companhia em acordo com os executivos do Grupo.

25. Receita

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de serviços bruta	**58.294**	**48.413**	**2.487.626**	**1.663.606**
(-) Descontos	(91)	(216)	(184.116)	(100.425)
(-) Bolsas ProUni	-	-	(272.581)	(201.436)
(-) Impostos sobre serviços	(1.284)	(1.286)	(68.404)	(44.399)
Receita líquida	**56.919**	**46.911**	**1.962.525**	**1.317.346**
Modo de reconhecimento da receita				
Serviço transferido durante um período	56.519	46.511	1.935.461	1.299.183
Serviço transferido em um momento específico	400	400	27.064	18.163
Receita líquida	**56.919**	**46.911**	**1.962.525**	**1.317.346**

(i) A receita reconhecida em um momento específico do tempo refere-se à receita com taxas de estudantes e certas atividades relacionadas à educação.

As receitas da Companhia com contratos com clientes são todas geradas no Brasil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor faturado aos alunos pela parcela a ser transferida para o parceiro de polo, em relação à operação em conjunto, é de R$ 516.905 (2022 - R$ 343.603). Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a pagar ao parceiro de polo é de R$ 23.018 (31 de dezembro de 2022 - R$ 43.676).

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

26. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Folha de pagamento (i)	45.111	14.769	576.733	426.274
Vendas e marketing	6.898	4.145	255.509	181.898
Depreciação e amortização (ii)	125.671	77.766	212.635	150.928
Serviços de consultoria e assessoria	34.323	37.647	85.786	55.388
Materiais	59	36	30.045	30.663
Manutenção	77	164	41.704	27.615
Utilidades, limpeza e segurança	-	-	42.836	14.330
Outras despesas	3.445	2.864	30.314	35.835
Total	**215.584**	**137.391**	**1.275.562**	**922.931**
Custo dos serviços prestados	28.534	18.941	669.479	502.330
Despesas gerais e administrativas	125.182	80.628	245.682	175.765
Despesas com vendas	61.868	37.822	360.401	244.836
Total	**215.584**	**137.391**	**1.275.562**	**922.931**

(i) As despesas com folha de pagamento incluem R$ 586.122 (2022 - R$ 432.284) referentes a salários, bônus, benefícios de curto prazo, encargos sociais relacionados e outras despesas relacionadas a empregados, e R$ (9.389) (2022 R$ (6.010)) relacionados à remuneração baseada em ações.

(ii) Depreciação e amortização	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo dos serviços prestados	16.494	10.079	82.008	72.935
Despesas gerais e administrativas	54.628	34.352	75.661	44.097
Despesas com vendas	54.549	33.335	54.966	33.896
Total	**125.671**	**77.766**	**212.635**	**150.928**

27. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Baixa do ativo permanente	(2)	-	(9.437)	(11.365)
Doações dedutíveis	-	-	(3.579)	(2.322)
Multas por atraso	(13)	(2.777)	(141)	(150)
Indenizações contratuais	-	(12)	(1)	(252)
Alterações em contatos de arrendamento	-	-	(610)	4.625
Outras receitas	9	-	5.423	7.172
Outras despesas	(55)	(3)	(110)	(251)
Total	**(61)**	**(2.792)**	**(8.455)**	**(2.543)**

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades pagas em atraso	973	824	24.079	26.545
Rendimento das aplicações financeiras	9.918	6.382	32.537	22.273
Variação Cambial Ativa	-	1	888	2.303
Outros	205	310	1.178	759
Total	**11.096**	**7.517**	**58.682**	**51.880**
Despesas financeiras				
Juros sobre contas a pagar por aquisição de controladas	(40.303)	(40.069)	(40.303)	(40.069)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(33.858)	(28.246)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(264.313)	(165.881)	(264.313)	(165.881)
Variação Cambial Passiva	(7)	(2)	(1.522)	(1.834)
Outros	(4.339)	(4.942)	(23.785)	(19.252)
Total	**(308.962)**	**(210.894)**	**(363.781)**	**(255.282)**
Resultado financeiro	**(297.866)**	**(203.377)**	**(305.099)**	**(203.402)**

29. Cobertura de seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2023, são válidas somente até a Vitru Brasil e foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

	Coberturas
Bens do imobilizado	402.050
Responsabilidade Civil Geral e Executivos	60.000
Cyber Risks	15.000
	477.050

30. Informações por segmento

A companhia gerencia suas atividades em três principais segmentos de negócios operacionais, para diferenciação de seus produtos oferecidos. As despesas gerais e administrativas (exceto amortização de ativos intangíveis e despesas com redução ao valor recuperável), resultados financeiros (exceto juros de mensalidades pagas em atraso) e impostos de renda são administrados de forma consolidada da Companhia e não são alocados aos segmentos operacionais.

O desempenho do segmento é avaliado principalmente com base na receita líquida e no lucro ajustado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA Ajustado). O LAJIDA Ajustado é calculado pelo lucro operacional acrescido de depreciação e amortização acrescido de juros recebidos sobre pagamentos de mensalidades em atraso e ajustado pela eliminação dos efeitos da remuneração baseada em ações mais/menos despesas excepcionais.

As despesas gerais e administrativas (exceto amortização de ativos intangíveis e despesas com redução ao valor recuperável), resultados financeiros (exceto juros de mensalidades pagas em atraso) e impostos de renda são administrados de forma consolidada da Companhia e não são alocados aos segmentos operacionais.

O CODM não toma decisões estratégicas nem avalia o desempenho com base em regiões geográficas. Atualmente, a Companhia opera exclusivamente no Brasil e todos os ativos, passivos e resultados são alocados no Brasil.

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

Exercício findo em	EAD	Educação Continuada	Presencial	Total
2023				
Receita operacional líquida	1.414.508	101.830	446.187	1.962.525
LAJIDA ajustado	576.524	53.769	212.938	843.231
% Margem LAJIDA ajustado	40,76%	52,80%	47,72%	42,97%
2022				
Receita operacional líquida	998.220	68.058	251.068	1.317.346
LAJIDA ajustado	387.373	38.085	99.447	524.905
% Margem LAJIDA ajustado	38,81%	55,96%	39,61%	39,85%

O total da receita líquida dos segmentos operacionais representa a receita líquida da Companhia. A reconciliação dos lucros antes dos impostos da Companhia para o LAJIDA Ajustado alocado é apresentada abaixo:

	Exercício findo em	
	2023	2022
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	**109.891**	**936**
(+) Resultado financeiro	305.099	203.402
(+) Depreciação e amortização	212.635	150.928
(+) Juros sobre mensalidades pagas em atraso	24.079	26.545
(+) Remuneração baseada em ações	(9.389)	(6.010)
(+) Outras receitas (despesas) líquidas	8.455	1.826
(+) Despesas de reestruturação	26.846	24.948
(+) M&A e despesas com ofertas (i)	42.620	28.310
(+) Outras despesas não alocadas	122.995	94.020
LAJIDA ajustado alocado aos segmentos	**843.231**	**524.905**

(i) M&A e despesas com ofertas incluem provisões de earn-out no valor de R$ 33.879 referente à combinação de negócios com a Unicesumar.

Exercício findo em	EAD	Educação Continuada	Presencial	Não alocado	Total
2023					
Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	234.613	17.580	11.348	-	263.541
Depreciação e amortização	94.157	3.893	92.565	22.021	212.635
Juros sobre mensalidades pagas em atraso	20.570	1.205	2.304	-	24.079
2022					
Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	155.931	8.026	23.577	-	187.534
Depreciação e amortização	87.623	2.542	51.019	9.744	150.928
Juros sobre mensalidades pagas em atraso	18.498	961	7.086	-	26.545

Notas Explicativas

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em milhares de Reais)

31. Outras divulgações sobre fluxos de caixa

Transações que não impactam caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

O montante de R$ 6.503 (2022 - R$ 1.469) referente a provisão para contingências de responsabilidade dos vendedores de controladas adquiridas em exercícios anteriores, foi revertido para a rubrica de ativo de indenização no ativo não circulante.

32. Eventos subsequentes.

Em 6 de março de 2024, a Securities and Exchange Commission (SEC) declarou que o Formulário F-4 da Companhia, estava em vigor. Com isso, a Companhia passou a ser registrada na SEC. Tal registro faz parte da migração de listagem do grupo Vitru da NASDAQ para a B3 (Bolsa de Valores Brasileira), processo iniciado em 2023 conforme devidamente divulgado pela Companhia, por meio do qual a Vitru Brasil incorporará a sua controladora Vitru Ltd.

***

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Aos Administradores e Acionistas
Vitru Brasil Empreendimentos,
Participações e Comércio S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. ("Companhia" ou “Controladora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. e da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS”).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Assuntos
Porque
é um PAA
Como o
assunto foi
conduzido
Vitru Brasil Empreendimentos,
Participações e Comércio S.A.
3
Porque é um PAA
Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria
Estimativas adotadas na mensuração da
provisão para créditos de liquidação
duvidosa (Notas 3 C, 9)
Conforme descrito na Nota Explicativa N° 9, o saldo consolidado da provisão de créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 268.314 mil.
O grupo mensura a provisão para créditos de liquidação duvidosa considerando uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas ao longo da vida útil em cada data de balanço. O grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.
Tendo em vista o grau de julgamento envolvido e as

premissas críticas utilizadas na mensuração da estimativa, bem como o impacto que suas oscilações podem trazer às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relevantes ao processo de mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa de clientes.

Adicionalmente, efetuamos testes da integridade da base histórica de recebíveis utilizada para determinação do histórico real de perdas, validando as taxas de perdas esperadas definidas pela administração, por faixa de vencimento, incluindo a comparação com o efetivamente verificado em períodos anteriores.

Também foram feitos testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas à devedores específicos e sobre o ambiente econômico, do modelo utilizado pela administração para determinação da provisão registrada. Efetuamos, também, a validação da posição dos recebíveis em aberto, por faixa de vencimento, em 31 de dezembro de 2023, que foi base para aplicação dos critérios de mensuração da provisão.

Discutimos a evolução dos saldos e a consistência dos critérios para o exercício corrente junto à administração.

Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Consideramos que os julgamentos e premissas críticas adotados pela administração para mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis e as divulgações em notas explicativas são consistentes com dados e informações obtidos.

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

4

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliação do valor recuperável (impairment) de ágios gerados na combinação de negócios (Notas 15, 2.5 j)

A avaliação do valor recuperável do ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, gerado nas combinações de negócios realizadas pela Companhia, envolve estimativas e julgamentos críticos por parte da administração.

Conforme descrito na Nota Explicativa N° 15, o ágio reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas totaliza R$ 1.862.589 em 31 de dezembro de 2023.

O processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é realizado com base em projeções de fluxos de caixa esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam. Essas projeções consideram premissas à cada UGC, tais como estimativas de crescimento das receitas, rentabilidade, e a taxa de desconto.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia. Por essa razão, bem como pela magnitude dos montantes envolvidos, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre

outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura.
Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, como crescimento das receitas, rentabilidade e a taxa de desconto, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e da modelagem dos fluxos de caixa descontados.
Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa. Efetuamos análise de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.
Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.
Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.
Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.
Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.
5
Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha

nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Vitru Brasil Empreendimentos,
Participações e Comércio S.A.
6
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Vitru Brasil Empreendimentos,
Participações e Comércio S.A.
7
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo, e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Florianópolis, 22 de março de 2024
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5
Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores Estatutários

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de revisão da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 22 de março de 2024, sobre as informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Florianópolis, 22 de Março de 2024.

Diretoria - Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores Estatutários

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de revisão da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 22 de março de 2024, sobre as informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Florianópolis, 22 de Março de 2024.

Diretoria - Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A